

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Postando o passado: a difusão da memória da ditadura civil-militar brasileira na internet através do canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade

Bruno Grigoletti Laitano

Porto Alegre

2018

Bruno Grigoletti Laitano

Postando o passado: a difusão da memória da ditadura civil-militar brasileira na internet através do canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Caroline Silveira Bauer.

Porto Alegre

2018

Bruno Grigoletti Laitano

Postando o passado: a difusão da memória da ditadura civil-militar brasileira na internet através do canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Caroline Silveira Bauer.

Aprovado em:

Conceito:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Caroline Silveira Bauer – Departamento de História (UFRGS)

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi – Departamento de História (UFRGS)

Prof^a. Dr^a. Mara Cristina de Matos Rodrigues – Departamento de História (UFRGS)

Agradecimentos

Em uma paráfrase de Ernest Hemingway, penso que aqueles que acompanharam a gestação deste trabalho importam mais do que o próprio. Cada ser vivo que presenciou os dramas da escrita de um TCC, de cães e gatos a humanos, faz parte, em certa medida, das linhas que compõem o presente texto. E essas não são palavras que servem tão-somente para me desobrigar de agradecer nominalmente a totalidade daqueles que estiveram ao meu lado ao longo dos últimos quatro anos de graduação em história. É uma crença absolutamente obstinada: estou convicto de que todas as minhas companhias, nos bons e maus momentos, tornaram a minha formação um caminho encantador. Todavia, é claro, não poderia deixar de registrar, em especial, o nome de pessoas que não apenas marcaram a trajetória que se conclui, mas me deram as mãos em uma valorosa viagem na direção do porvir - pessoas com quem espero contar até o dia em que o meu corpo esgotar-se de sua experiência terrena.

Primeiramente, agradeço à minha irmã Laura e aos meus pais Rita e Antônio, que dedicaram seus dias, tardes e noites para garantir o meu sonho universitário. Desdobraram-se em mil a fim de que eu pudesse vestir a toga e erguer o meu diploma. Sou eternamente grato a todos os meus familiares, que acreditaram no meu futuro e sempre marcaram presença nos momentos em que eu necessitava de um impulso. A minha satisfação por fazer parte de uma família tão calorosa, solidária e verdadeiramente aconchegante não cabe nestes poucos parágrafos.

Sou grato à professora Caroline Silveira Bauer, que, dos primeiros *e-mails* às mesas do Pinacoteca Bar, do amor pelos felinos à paixão pelas três cores do Imortal, possibilitou não apenas cada uma das páginas deste trabalho, mas os melhores momentos de minha formação. É uma honra imensa ter sido seu bolsista de Iniciação Científica e orientando. O seu compromisso com o mundo e a sua dedicação são valores que levarei comigo aonde quer que eu vá. Agradeço aos professores Fernando Felizardo Nicolazzi e Mara Cristina de Matos Rodrigues, que aceitaram fazer parte da banca examinadora e se disponibilizaram a ler o meu texto. Seus apontamentos foram fundamentais para os rumos futuros desta pesquisa. Sou grato, também, a todos os docentes que acompanharam esses quatro anos de muita euforia, dificuldades e de muitos aprendizados. Levarei seus ensinamentos para todas as salas de aula em que eu estiver.

A minha mais sincera gratidão aos meus queridos amigos, especialmente a Carolina

Boschi Monteiro, ao Henrique Leal Bottini, ao João Camilo Grazziotin Portal, a Maria Eduarda Magro, ao Matteo Ponso de Castro e ao Pedro Henrique Batistella, que estiveram do primeiro ao último dia de licenciatura em história ao meu lado, compartilhando as glórias e as desgraças da vida universitária. Tenho certeza de que contarei com o seu afeto sempre que for preciso. A minha gratidão, também, aos meus colegas de barra e companheiros de curso, que enfrentarão, comigo e com muitos outros, os obstáculos impostos ao nosso campo de atuação. Sou igualmente grato aos meus amigos de longa data, camaradas com quem divido alegrias e tristezas desde os tempos de ensino fundamental e médio, das noites em claro jogando ou assistindo a filmes de baixa qualidade às tentativas frustradas de organizar uma tarde de futebol, das conversas via *Discord* aos berros nas mesas de bar. São amizades que levo no peito.

Por fim, e obviamente não menos importante, agradeço à minha companheira Pietra Pujol Manzoli, que não só leu cada um dos capítulos deste trabalho, corrigindo os erros gramaticais que escapavam às minhas revisões, bem como dando sugestões absolutamente construtivas para a sua escrita, mas que também dedicou muito do carinho que lhe é de praxe a mim, tenso com os altos e baixos de uma pesquisa em história. Pelo seu amor e pelo seu cuidado, a minha apaixonada gratidão a essa mulher fantástica, com quem tenho o orgulho de dividir a minha vida.

Não há dúvidas de que uma diversidade enorme de nomes deveria ser listada nestes agradecimentos, mas, por uma infelicidade física, o presente documento não conta com o espaço necessário para cada um dos seres vivos que me ajudaram na construção de minha formação, agora materializada neste trabalho. O meu coração, no entanto, apesar dos momentos ranzinzas, certamente não sofre com essa carência: estão todos e todas registrados no âmago daquele que vos escreve.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os comentários publicados no vídeo referente à tomada pública do depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-agente da repressão da ditadura civil-militar brasileira, disponível no canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade. Para tanto, utiliza-se o programa de análise de dados textuais *IRaMuTeQ*. Observando a internet como um espaço de construção e divulgação de conhecimento histórico, disserta-se sobre a difusão da memória da ditadura no espaço virtual, bem como acerca do impacto dos dispositivos digitais sobre os estudos em história. São abordados temas caros aos campos da História Digital e da História Pública, na medida em que as redes sociais e a cultura participativa colocam os historiadores diante de uma série de incertezas relativas à sua disciplina.

Palavras-chave: comentários; Comissão Nacional da Verdade; ditadura civil-militar brasileira; História Digital; História Pública; internet; *YouTube*.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the comments posted on the deposition video of Brazilian civil-military dictatorship's former agent of repression Carlos Alberto Brilhante Ustra, available on National Truth Commission *YouTube* channel. Therefore, we used a textual data analysis software called *IRaMuTeQ*. Considering internet as a space of construction and propagation of historical knowledge, we discussed about the diffusion of the Brazilian dictatorship memory in virtual space, as well as on digital devices impact on history studies. We explored topics on Digital History and Public History, once social networks and participatory culture set historians against a series of uncertainties related to their subject.

Keywords: Brazilian civil-military dictatorship; comments; Digital History; internet; National Truth Commission; Public History; *YouTube*.

SUMÁRIO

Introdução	10
1 <i>Digitalizar a história</i>	18
1.1 <i>A cultura participativa e a Web 2.0</i>	18
1.2 <i>Broadcast Yourself: o advento do YouTube</i>	25
2 A Comissão Nacional da Verdade	29
2.1 A instituição da Comissão Nacional da Verdade	29
2.2 O canal do <i>YouTube</i> da Comissão Nacional da Verdade	33
3 “Vim conhecer mais da historia desse coronel”: uma análise de comentários do vídeo referente ao depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra	39
3.1 Metodologia de análise dos comentários	39
3.2 O que dizem os comentários sobre a memória da ditadura civil-militar brasileira?	49
4 <i>Publicizar a história</i>	61
4.1 Notas sobre a História Pública no Brasil	61
4.2 Os historiadores devem intervir com, pelo e no <i>YouTube</i> ?	64
5 Considerações finais	72
Referências Bibliográficas	75

Introdução

Entre os anos de 2016 e de 2017, tive a oportunidade de trabalhar ao lado da professora Caroline Silveira Bauer em um projeto de pesquisa relativo aos usos políticos do passado através dos debates em torno da Comissão Nacional da Verdade. Coube a mim a tarefa de navegar pelo canal do *YouTube* da Comissão em busca dos vídeos de depoimentos de ex-agentes da repressão da ditadura civil-militar brasileira, assisti-los e, por fim, problematizar as formas como o passado autoritário emergia nesses testemunhos. Este trabalho não apenas possibilitou um contato inicial de minha parte com temas referentes à memória, às temporalidades e à própria atuação da Comissão Nacional da Verdade, mas também pavimentou os caminhos que foram seguidos dali em diante e que, dentre outras ideias e divagações, culminaram nesta monografia de conclusão do curso de história.

O processo de análise daqueles depoimentos foi constantemente atravessado por outras potencialidades do *YouTube* para além do vídeo propriamente dito. Os comentários, as curtidas (“Gostei”) e descurtidas (“Não gostei”), o número de visualizações, as descrições das postagens e a replicação de determinados conteúdos por parte de outros canais eram alguns dos elementos que chamavam a atenção enquanto assistia às dezenas de tomadas públicas dos testemunhos de Carlos Alberto Brilhante Ustra, de Paulo Malhães e de outros ex-agentes da repressão. Nesse sentido, pairavam sobre a pesquisa questões como: é possível problematizar teoricamente a relação entre história e internet? Há produção de conhecimento histórico no espaço digital? Existem iniciativas nessa direção? Estava prestes a me deparar com a enorme gama de trabalhos propondo discussões em torno da chamada “História Digital” que iam ao encontro daquelas interrogações, bem como da chamada “História Pública”, recorrentemente associada ao campo anteriormente citado, tendo em vista a pertinência de questionar a atuação dos historiadores e das historiadoras nos espaços públicos ou mesmo a existência de uma determinada autoridade sobre a produção de saberes.

Esta monografia é o resultado parcial do contato com esses campos, uma tentativa de contribuir para os esforços de problematização da influência dos dispositivos digitais sobre a história, uma vez que, a julgar pelas considerações presentes em vasta bibliografia relativa aos temas citados, representam desafios diferenciados para os historiadores e para as historiadoras. Com essa intenção em vista, elegemos como principais pontos de discussão a construção do conhecimento histórico através da internet, especialmente as narrativas em

torno da ditadura civil-militar brasileira que atravessam o canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade, e as formas de difusão da memória acerca dos anos ditatoriais no espaço virtual.

Estão disponíveis 565 vídeos no canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade, estando organizados em 99 listas de reprodução (sem contar os chamados “Vídeos marcados com 'Gostei””, criada automaticamente pela plataforma a partir dos conteúdos curtidos pelo(s) usuário(s) do canal) classificadas de acordo com as audiências realizadas pela Comissão, bem como em referência a demais atividades do órgão, como entrevistas prestadas pelos seus membros, seminários de discussão e lançamento de documentos entre outros eventos especializados¹. Além disso, cada um dessas centenas de vídeos possui sua própria caixa de comentários, sua própria proporção de curtidas e descurtidas e diferentes combinações de conteúdos relacionados, que são sugeridos pelo *YouTube* e expostos à direita daquilo que está sendo assistido. Como trabalhar com uma gama tão ampla de registros, uma vez que a escrita acadêmica exige recortes, seleções e sínteses práticas que assegurem o entendimento do raciocínio da pesquisa? De que maneiras o pesquisador pode proceder frente ao tamanho do *arquivo* que há diante de si? Como abandonar os vários caminhos possíveis (ou apenas deixá-los pendentes) e escolher a via que, enfim, pavimentará a trajetória da produção da pesquisa?

A nossa opção foi valer-se do vídeo referente à tomada pública do depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, o primeiro integrante das forças repressivas da ditadura civil-militar brasileira a ser judicialmente reconhecido como um torturador². Além de sua importância histórica no que se refere ao passado ditatorial, a figura de Ustra tem sido ativamente explorada no presente, aparecendo com muita frequência em jornais, discussões públicas e, inclusive, em pichações³, camisetas e em materiais de divulgação de blocos carnavalescos Brasil afora⁴. No caso das vestimentas, a

¹ Nem todas as *playlists* do canal da Comissão Nacional da Verdade são compostas apenas por vídeos postados pelo seu(s) próprio(s) administrador(es), estando presentes em várias das listas postagens de canais alheios, igualmente responsáveis pela divulgação das atividades que envolveram as investigações.

² O vídeo está disponível em: <<https://goo.gl/rmQtaL>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

³ Citamos, a título de exemplo, a recente polêmica envolvendo a pichação das palavras “Ustra vive” no portão de entrada do Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. Para entender o caso, sugerimos a leitura do texto de Bauer (2016).

⁴ O caso do chamado “Bloco Porão do DOPS”, organizado pelo grupo paulista *Direita São Paulo*, tornou-se notório após controvérsias em redes sociais. A divulgação do evento em sua página do *Facebook* contou com referências a Carlos Alberto Brilhante Ustra e a Sérgio Paranhos Fleury, um dos principais integrantes do

busca na internet pela expressão “camiseta Ustra” nos coloca diante de 76.600 resultados⁵. Há uma série de itens disponíveis para compra em plataformas de comércio eletrônico, como o *Mercado Livre*, a *Camisetas Opressoras* e a *Steps New* - sendo as duas últimas empresas criadas especificamente para a venda de produtos com mensagens direitistas. A vasta maioria das estampas mencionam figuras políticas liberais ou conservadoras, como são os casos de Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos, e do presidente eleito Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), bem como o rosto do próprio Carlos Alberto Brilhante Ustra. As imagens dos dois últimos associaram-se desde que Bolsonaro, então deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC), dedicou seu voto favorável ao *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), à memória do coronel - “o pavor de Dilma”, nas palavras do parlamentar⁶. Nesse sentido, uma matéria do *site* jornalístico *Congresso em Foco* destacou o uso e a venda das camisetas de Ustra por parte de apoiadores do candidato que, em entrevistas à plataforma, assumiram a adoção das roupas como uma forma de provocar aqueles que forem considerados “esquerdistas” (AUDI, 2018)⁷.

De volta ao canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade, ressaltamos a potencialidade das interações realizadas na postagem do referido vídeo. Elogios e agradecimentos aos militares pela suposta “salvação” do país de uma dita “ameaça comunista”, mensagens de repúdio à políticos de esquerda e ao pensamento progressista ou comentários de pessoas curiosas em relação à história recente do Brasil, bem como singelas manifestações através das curtidas e das descurtidas e, inclusive, a acusação das pretensas intenções duvidosas da Comissão por parte de canais que reproduziram o vídeo com novos títulos e, portanto, novas sugestões, como “versão sem cortes” ou “o depoimento não divulgado pela Comissão Nacional da Verdade”, expressam concordâncias e desavenças que despontam em meio ao espaço virtual frente à determinadas narrativas acerca do passado

Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do estado de São Paulo, tendo sido alvo de uma série de denúncias por sua participação em atos de repressão ao longo da ditadura. Proibido de sair às ruas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), o bloco realizou o evento em um espaço privado. A referida página não está mais disponível para acesso no *Facebook*.

⁵ Aproximação informada pelo *Google* em uma pesquisa realizada no início da tarde do dia 30 de agosto de 2018.

⁶ Essa associação será explorada com mais afinco no quarto capítulo, tendo em vista a sua recorrência nos comentários postados no vídeo do depoimento de Ustra.

⁷ No que tange às camisetas, há de se ressaltar a “mercadorização” do passado e da memória, fenômeno apontado pelo alemão Andreas Huyssen (2000, p. 21). O autor explora a capitalização de traumas históricos por parte da indústria cinematográfica, fotográfica, musical entre outras, sendo a *Shoah* um dos eventos mais notáveis em meio a esse movimento. É possível observar a reprodução da figura de Ustra em camisetas a partir dessa lógica. Em suas palavras, “o passado está vendendo mais do que o futuro” (HUYSSSEN, 2000, p. 24).

brasileiro, especialmente no caso da ditadura civil-militar.

De acordo com o historiador italiano Serge Noiret (2015, p. 34. Grifos nossos), preocupado com a dimensão pública da história digital e as características do conhecimento histórico frente ao advento da internet,

do ponto de vista da presença da história na sociedade, a internet, de fato, corroe a férrea distinção que um dia existiu entre a pesquisa acadêmica e as práticas públicas relativas ao passado, oferecendo a muitos o acesso à documentação histórica em rede e à *comunicação nas formas de “ego-narrações” referentes ao passado*.

Nesse sentido, os recursos digitais podem ser pensados enquanto significativos veículos de elaboração do passado diferenciados da comunicação acadêmica tradicional - ou seja, da produção de conhecimentos que dificilmente rompem os limites universitários. A ascensão de *blogs* e portais voltados às discussões relativas ao campo das humanidades⁸, de páginas em redes sociais especializadas em temas humorísticos relacionados à história⁹ ou mesmo de canais virtuais com vídeo-aulas e outras manifestações audiovisuais voltadas ao ensino de história¹⁰ é um sintoma da “corrosão” abordada pelo autor - com a ressalva da valoração negativa da expressão, pois acreditamos que a superação de certos distanciamentos entre a pesquisa acadêmica e as ditas “práticas públicas relativas ao passado” é um empreendimento potencialmente construtivo.

A noção de “ego-narrações” desenvolvida por Noiret possibilita pensar as formas de mobilizar o passado na internet como sendo manifestações dotadas de um certo ímpeto individual de demonstração de conhecimento sobre a história. A experiência de comentar um vídeo postado em um canal de divulgação dos trabalhos de um órgão responsável pela investigação de violações ocorridas em um dado momento da história brasileira coloca o usuário diante da possibilidade de narrá-la ao seu modo, de interferir naquilo que lhe foi apresentado e deixar suas marcas visíveis para aqueles que também acessarem a postagem.

⁸ O portal *Café História* é um exemplo notável. Desde o ano de 2008, data de sua fundação, promove a divulgação de pesquisas acadêmicas e propõe-se um canal de discussões sobre história, contando com o cadastro de quase 70 mil membros e um público bastante diverso. O portal está disponível em: <<https://goo.gl/iV54cb>>. Acesso em: 30 ago. 2018. Utilizamos o *Google URL Shortener*, uma ferramenta de encurtamento de URLs (*Uniform Resource Locators* - ou, em português, Localizadores-Padrão de Recursos) desenvolvida pela *Google*, para simplificar os *links* indicados em notas de rodapé e nas referências.

⁹ É o caso da página *História no Paint* (um programa desenvolvido pela *Microsoft* para a confecção de desenhos e a edição de arquivos de imagem), criada em 2016 com o intuito de possibilitar o aprendizado de história “de uma maneira bem divertida”. Com quase 670 mil curtidas, a sua página no *Facebook* está disponível em: <<https://goo.gl/ztxP9G>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

¹⁰ Um dos incontáveis exemplos é o canal do *YouTube* *Leitura Obrigatória*. Nascido em 2009 no formato de *blog* e parte da plataforma de vídeos desde 2015, propõe-se a resenhar livros de história, divulgar autores renomados no campo das humanidades, explicar de forma sintética conceitos produzidos na academia entre outras atividades. O canal está disponível em: <<https://goo.gl/GFBZEL>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Nesse sentido, destaca-se a constituição de comunidades ou grupos que se conectam em torno de uma visão coletiva sobre o passado brasileiro. Um usuário que comentou no vídeo em questão, por exemplo, além de declarar seu apoio a Jair Bolsonaro, evidenciou o motivo pelo qual acessara o canal da Comissão Nacional da Verdade: “vim conhecer mais da historia [sic] desse coronel”¹¹. Outros usuários juntaram-se ao primeiro e formaram uma conversa, afirmando que estavam ali pelos mesmos motivos, sugerindo a leitura das obras escritas por Ustra e provocando os ditos “esquerdistas”. Com 125 curtidas e 13 respostas, o comentário expressa, de certa maneira, o processo de composição de comunidades ou de pequenos grupos. Além disso, também demonstra o caráter de *espaço público* incorporado pela internet, uma vez que um tema aparentemente desligado das intenções da Comissão Nacional da Verdade (o processo eleitoral e a campanha de um determinado candidato) aparece com certa frequência nas manifestações sobre os vídeos. O dito caráter de *espaço público* está na base do argumento do historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho (2014, p. 173), para quem “grande parte das manifestações sociais e políticas na atualidade, por exemplo, antes de chegarem às ruas, passam por redes como o Twitter, o Facebook, o Youtube ou o Orkut”¹². Exatamente por conta da significância do exemplo, batizamos o terceiro capítulo deste trabalho com as palavras daquele usuário.

A ideia de uma “esfera pública virtual”, uma forma de alargar o conceito de *espaço público* na direção das novas tecnologias (em especial os dispositivos digitais) e as próprias fronteiras relativas à interação de usuários¹³, é acompanhada pelas discussões em torno do caráter destrutivo ou, por um outro lado, positivo dos impactos da internet sobre a sociabilidade humana (MARQUES, 2006, p. 171-172). O sociólogo brasileiro Bernardo Sorj (2006, p. 134. Grifos nossos), mais próximo de pensar a rede mundial de computadores como potencialmente corrosiva, argumenta que

¹¹ Apesar de eventuais erros gráficos ou gramaticais, todos os comentários citados neste trabalho foram reproduzidos de maneira literal.

¹² Nesse sentido, há uma série de trabalhos que abordam a organização de movimentos sociais por meio da internet e a forma como o contato virtual possibilitou a superação das adversidades impostas pelo autoritarismo. É o caso da obra *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*, do sociólogo espanhol Manuel Castells (2013).

¹³ O conceito é explorado com afínco pelo pesquisador das áreas de Ciência Política e Comunicação Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (2006), professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e especialista em questões relativas à democracia digital, novas mídias e processos eleitorais. As reflexões em torno dos assuntos que orbitam o conceito e suas potencialidades são largas e contam com contribuições de uma série de autores advindos dos mais variados campos, motivo pelo qual não serão abordadas aqui de maneira detalhada. O trabalho de Marques, nesse seguimento, apresenta uma boa síntese das discussões que pautaram a construção do conceito de “espaço público” ou de “esfera pública” e suas dimensões.

o espaço público nunca foi uma realidade homogênea, ou compartilhado universalmente. Pelo contrário, ele sempre foi multifacetado e formado por várias camadas de grupos e organizações (sejam grupos religiosos, maçônicos, políticos, sindicais etc.), a maioria relativamente fechada. O novo espaço público constituído pela internet tende a *destruir o caráter relativamente “reservado” das diferentes agrupações e redefine as fronteiras entre o público e o privado.*

Em outras palavras, a internet permite a convergência, ainda que marcada por adversidades, do pensamento de grupos muito distintos nos mesmos ambientes virtuais. As caixas de comentários, no cerne das preocupações da presente pesquisa, são um bom exemplo dessa confluência. O autor ainda apresenta três fundamentos que devem estar na base de um “espaço público virtual” construtivo: a garantia da identidade dos usuários, a inclusão de disciplinas voltadas ao ensino do uso da internet nos currículos escolares e a ocupação do universo digital pelos valores democráticos (SORJ, 2006, p. 135-136).

A perspectiva positiva sobre as potencialidades da internet no que se refere à constituição de uma “esfera pública virtual”, por sua vez, destacam o fato de que a rede mundial de computadores é capaz de desbancar qualquer outro veículo de informação, tendo em vista a sua *ilimitação física quanto à possibilidade de apresentar visões particulares sobre determinados temas*, bem como a gradual redução dos custos necessários para a manutenção de um dispositivo que possa conectar-se à rede em comparação às despesas com equipamentos necessários para o funcionamento de empresas de comunicação responsáveis pela publicação de jornais ou pela produção de programas televisivos (MARQUES, 2006, p. 175-176). Ainda que sejam argumentos um tanto circunscritos às questões relativas à atuação política na rede, bem como a sua influência sobre a administração pública e as formas de gerência política por parte de governos, podemos adotá-los para discutir o papel que a internet exerce sobre a história.

Pensá-la como parte de um *espaço público*, portanto, também exige explorar o fator *interação*. Nesse sentido, o historiador Fábio Chang de Almeida (2011) destaca o advento de uma cultura de solidariedade informacional inaugurada pela *Web 2.0*, um conceito para a rede mundial de computadores nascido em meio ao desenvolvimento de um ambiente virtual mais interativo, mais comunicativo e mais palatável para aqueles usuários leigos em relação ao processo de programação das plataformas que utilizavam. Em suas palavras,

a web 2.0 significou uma mudança de mentalidade dos desenvolvedores de sites da Internet. A partir da aplicação de conhecimentos técnicos preexistentes, passou-se a valorizar a *interatividade entre os usuários e os sites* (ALMEIDA, 2011, p. 14. Grifos nossos).

A presente pesquisa, no entanto, sublinha justamente as disputas políticas e as discordâncias narrativas propiciadas pelo espaço virtual, não parecendo razoável interpretá-lo enquanto uma espécie de “pólis computacional”. O autor não deixa de problematizar a questão:

a ideia de uma inteligência coletiva fundamentada no princípio do “enriquecimento mútuo” esbarra nos conflitos políticos e nos embates ideológicos característicos da sociedade humana, que naturalmente são reproduzidos nas comunidades “virtuais” (ALMEIDA, 2011, p. 15).

Novamente de volta ao canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade, questionamos, pois, se é possível considerar os comentários que defendem o golpe civil-militar de 1964 ou as práticas de violação aos direitos humanos impostas pela ditadura como contribuições positivas, reforçando o dito “princípio do enriquecimento mútuo”. A nossa aposta é que não parece profícuo debruçar-se sobre a validade (ou não) dessas colocações para uma espécie de “conhecimento coletivo” sobre a história brasileira emergente em certos endereços da internet, mas sim discuti-las a partir das reflexões relativas à memória da ditadura civil-militar e o que a rede mundial de computadores apresenta de particular no que tange ao exercício de lembrar e esquecer.

§

Partamos, enfim, para as descrições dos conteúdos abordados neste trabalho. No primeiro capítulo, analisamos uma pequena seleção da produção intelectual feita acerca do mundo digital e dos efeitos de seu crescimento sobre a humanidade. Desde trabalhos de pensadores importantes não vinculados aos estudos históricos (como Clay Shirky, Henry Jenkins e Jean Burgess) até contribuições de historiadores e historiadoras, especialmente no que se refere ao campo da chamada “História Digital” (como Bruno Leal Pastor de Carvalho, Daniel Cohen, Roy Rosenzweig e Serge Noiret). Valemo-nos de conceitos centrais desses pensadores - como as noções de “cultura participativa” e “cultura da participação” - e abordamos a emergência da chamada *Web 2.0* e a conseqüente proliferação de redes sociais, em especial o caso do *YouTube*. Nesse sentido, exploramos algumas das expectativas sobre a plataforma e problematizamos o seu caráter de *arquivo*, tema também abordado no segundo capítulo.

Em seguida, examinamos as características do momento de instalação da Comissão Nacional da Verdade, bem como o seu significado político do ponto de vista da elaboração do passado da ditadura civil-militar brasileira. Além disso, analisamos a criação do canal do *YouTube* da Comissão, bem como a sua inscrição em outras redes sociais, questionando os

porquês de sua existência e problematizando a sua proposta no que se refere ao exercício de lembrança e esquecimento da ditadura.

Na terceira parte deste trabalho, descrevemos a metodologia empregada na análise dos comentários publicados na postagem do vídeo relativo à tomada pública do depoimento do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Utilizamos o programa *IRaMuTeQ*, um *software* de análise de dados textuais desenvolvido pelo pesquisador francês Pierre Ratinaud (2009) na Universidade de Toulouse, que permitiu a visualização estatística dos comentários, indicando as frequências de aparição das palavras utilizadas nos argumentos e as similitudes entre os comentários. Além disso, o programa ainda possibilitou a produção de grafos e nuvens que facilitaram a visualização dos dados coletados. Por fim, os resultados obtidos dessa análise foram explorados desde o ponto de vista histórico sobre o conceito de “memória”, pensando, em especial, a forma como a memória da ditadura civil-militar brasileira é elaborada na internet. Nesse sentido, trabalhamos com perspectivas históricas sobre o referido conceito, principalmente a partir da obra da historiadora argentina Elizabeth Jelin e do alemão Andreas Huyssen.

No capítulo final, abordamos a relação entre a chamada “História Pública” e a internet, bem como as características da construção do conhecimento histórico no espaço digital. Problematizamos as possibilidades de intervenção dos historiadores no *YouTube*, utilizando o canal da Comissão Nacional da Verdade como ponto de observação principal, bem como na própria internet. Além disso, alertamos para a necessidade de ampliar as fronteiras da produção acadêmica, de transformar a forma como elaboramos o nosso pensamento e de projetar novas formas de divulgação de nossas pesquisas a fim de que suas conclusões estejam disponíveis para um público mais amplo, tornando-as mais acessíveis e, em certo sentido, mais democráticas.

1 *Digitalizar a história*

Neste capítulo, analisamos uma pequena seleção da produção intelectual feita acerca do mundo digital e dos efeitos de seu crescimento sobre a humanidade. Desde trabalhos de pensadores importantes não vinculados aos estudos históricos (como Clay Shirky, Henry Jenkins e Jean Burgess) até contribuições de historiadores e historiadoras, especialmente no que se refere ao campo da chamada “História Digital” (como Bruno Leal Pastor de Carvalho, Daniel Cohen, Roy Rosenzweig e Serge Noiret). Valemo-nos de conceitos centrais desses pensadores - como as noções de “cultura participativa” ou “cultura da participação” - e abordamos a emergência da chamada *Web 2.0* e a consequente proliferação de redes sociais, em especial o caso do *YouTube*. Nesse sentido, exploramos algumas das expectativas sobre a plataforma e problematizamos o seu caráter de *arquivo*, tema também abordado no capítulo seguinte.

1.1 A *cultura participativa* e a *Web 2.0*

No dia 29 de novembro de 2010, o historiador italiano Carlo Ginzburg subiu ao palco do Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para proferir a cerimônia de encerramento da quarta edição do projeto cultural *Fronteiras do Pensamento*. Diante de um auditório lotado, revelou seu apreço pela rede mundial de computadores: “Todos usam a internet. Eu também. Todos falam sobre a internet. Eu também”¹⁴. A fala de Ginzburg soa como uma confissão: em um mundo marcado pelo advento da “Era *Google*”, até os historiadores e as historiadoras acabaram rendendo-se ao universo digital. Para Noiret (2015, p. 33), trata-se de uma “virada digital”, contexto de notáveis transformações em meio às práticas historiográficas.

O próprio processo de escrita do presente trabalho evidencia algumas dessas mudanças. O texto foi redigido através da ferramenta *Google Docs*, que não apenas salva toda e qualquer alteração realizada no documento - o que praticamente anula a possibilidade de perdê-lo -, mas também permite o acesso a versões anteriores, caso tenha sido indevidamente alterado¹⁵. Ao lado da guia do navegador de internet em que está aberta a ferramenta, nossos perfis pessoais em redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, estão

¹⁴ Os principais momentos da conferência podem ser assistidos em: <<https://goo.gl/vHD1Q7>>. Acesso em: 13 set. 2018.

¹⁵ O *Google Docs* está disponível em: <<https://goo.gl/HNiEvt>>. Acesso em: 14 set. 2018.

prontos para nos colocar em contato com outros pesquisadores, com quem podemos discutir temas relativos ao trabalho, ou com amigos, com quem podemos conversar para aliviar o estresse causado pelas dificuldades da produção acadêmica. Além disso, ainda podemos abrir novas abas no navegador e buscar artigos que esclareçam nossas ideias e que possam ser incorporados aos nossos textos.

A rede mundial de computadores ampliou-se para além dos dispositivos que permitiam o seu acesso e introduziu-se em grande parte das ações humanas. Para a historiadora Anita Lucchesi (2012, p. 4. Grifos nossos),

os jovens de hoje não dizem mais como as gerações precedentes “entrar na internet”. Entrar e sair do ciberespaço não é mais concebível, pois ele se estende para além do momento em que estamos conectados. O simples gesto de ligar o computador é já estar lá, mas mesmo quando o aparelho está desligado, *nós não deixamos de existir no ciberespaço*.

À colocação em destaque, pode-se acrescentar o fato de que o ciberespaço, por sua vez, não deixa de existir em nós. Do ponto de vista da história, esta *coexistência* pode tornar-se um problema na medida em que, como argumenta o historiador espanhol Analet Pons (2011, p. 41), “tratamos este mundo [digital] como se fosse apenas ‘um apêndice, uma curiosidade, uma distração, algo supérfluo’, que pouco ou nada tem a ver com nosso ‘verdadeiro trabalho’”.

O número de pessoas com acesso à internet cresce anualmente. Em 2008, o Brasil contava com quase vinte milhões de usuários e já era o país com a maior média de horas de uso do computador por mês - 23 horas e 38 minutos, praticamente um dia inteiro de navegação (SPIZZIRRI et al., 2012, p. 328). A pesquisa realizada pela IBOPE/NetRatings ressaltava o uso *doméstico* de computadores. Mais recentemente, uma investigação divulgada no início de 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que o país alcançou a faixa de 116 milhões de pessoas conectadas à internet. Os aparelhos celulares já haviam superado os PCs, figurando entre a preferência de quase 95% dos internautas (GOMES, 2018). No espaço de uma década, portanto, a ampliação do acesso à rede e a ascensão dos dispositivos *móveis* expressam a introdução da internet no *dia a dia* humano.

Mas o que estes dados dizem a respeito desta pesquisa? A intenção de apresentá-los é ter em mente as condições de conexão à internet vigentes no Brasil e refletir sobre a dita *coexistência* entre pessoas e espaço virtual, colocada em questão anteriormente. O favoritismo dos *smartphones* pelos internautas brasileiros, por exemplo, nos coloca diante do

fato de que os conteúdos do canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade não necessariamente tenham sido visualizados a partir de computadores pessoais. O *download* do aplicativo da plataforma de vídeos, diga-se de passagem, é disponibilizado gratuitamente pelo *Google Play*¹⁶, mercado oficial do sistema *Android*, e pela *App Store*¹⁷, voltada para o sistema operacional *iOS*. A possibilidade de acessar o *YouTube* rapidamente, bem como a facilidade de compartilhar vídeos, vê-los e comentá-los, são algumas das vantagens garantidas pelos dois serviços citados. Nos limites do problema da pesquisa, bastaria um celular em mãos, portanto, para abrir o aplicativo e buscar um tema relativo à ditadura civil-militar. A pesquisa por “Carlos Alberto Brilhante Ustra”¹⁸, a título de exemplo, coloca-nos diante de conteúdos que utilizam as filmagens do depoimento do ex-agente da repressão, sendo o vídeo do canal da Comissão Nacional da Verdade o sétimo resultado da busca.

Resgatando a “virada digital”, como define Noiret, e a “confissão” de Ginzburg, voltamos às considerações teóricas em torno da internet, uma vez que o contexto de democratização e inclusão digital foi (e ainda é) acompanhado por uma farta produção no campo das humanidades relacionada ao impacto das redes na sociedade. A obra *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*, do escritor norte-americano Clay Shirky (2011), é uma dessas referências. O autor explora temas como o advento de plataformas eletrônicas, a forma como as intenções dos usuários modifica a funcionalidade dos computadores, a ampla gama de experiências com redes sociais desde a década de 1990 entre outros. Também levanta uma série de dados que ilustram a enorme adesão populacional às mídias digitais, desde a posse de aparelhos celulares até a inscrição em plataformas com diferentes propostas.

O principal destaque de Shirky é a capacidade de difusão de informações através dos dispositivos digitais. Em suas palavras, “quando compramos uma máquina que permite o consumo de conteúdo digital, também compramos uma máquina para *produzi-lo*” (SHIRKY, 2011, p. 25. Grifo nosso). Nesse sentido, a rede mundial de computadores tornou-se uma dimensão significativa daquilo que compreendemos como *espaço público*. A possibilidade de compartilhar qualquer momento de nossas vidas por meio das redes sociais, de se informar

¹⁶ A instalação do aplicativo do *YouTube* no *Google Play* está disponível em: <<https://goo.gl/Ur3jv5>>. Acesso em: 14 set. 2018.

¹⁷ A instalação do aplicativo do *YouTube* na *App Store* está disponível em: <<https://goo.gl/75yFHo>>. Acesso em: 14 set. 2018.

¹⁸ Aplicamos o filtro de classificação por contagem de visualizações e mantivemos a filtragem padrão referente ao tipo, à data do *upload* e à duração.

com imediatismo ou de entrar em contato com pessoas independentemente da distância são algumas das incontáveis ações possíveis propiciadas pela internet. A própria constituição de uma “cultura compartilhada” (SHIRKY, 2011, p. 118) sugere que a internet deve ser pensada em seu caráter coletivo, tendo em vista a formação de comunidades conectadas a partir de interesses em comum. É o que expressam as garantias dos serviços que disponibilizam a instalação do aplicativo do *YouTube* em *smartphones*, por exemplo: acessar a plataforma de maneira rápida e compartilhar conteúdos próprios sem percalços. Nas palavras de Shirky (2011, p. 154), “agora que se podem compartilhar vídeos no YouTube, muito mais pessoas os produzem do que jamais produziram quando compartilhá-los era mais difícil e a audiência potencial era menor”. A *cultura participativa*, portanto, seria um dos resultados de um universo que facilita a propagação de manifestações humanas, na medida em que “as redes sociais barateiam o compartilhamento e tornam a participação potencial quase universal” (SHIRKY, 2011, p. 102).

A obra *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável*, de Henry Jenkins, Joshua Green e Sam Ford (2014), um pouco mais recente que a primeira, aprofunda questões relativas à dita *cultura participativa*. Os autores problematizam as tentativas de apropriação do conceito de compartilhamento de conteúdos por parte de corporações que vislumbram possibilidades altamente lucrativas em meio a esta nova tendência de consumo midiático. Essa abordagem, no entanto, não será explorada neste trabalho. Interessam-nos as discussões referentes à *participação*. Nas palavras dos autores,

essa mudança - de distribuição para circulação - sinaliza um movimento na direção de um modelo mais participativo de cultura, em que o público não é mais visto como simplesmente um grupo de consumidores de mensagens pré-construídas, mas como pessoas que estão *moldando, compartilhando, reconfigurando e remixando* conteúdos de mídia de maneiras que não poderiam ter sido imaginadas antes (FORD; GREEN; JENKINS, 2014, p. 24. Grifos nossos).

Moldar, compartilhar, reconfigurar e remixar são algumas das incontáveis ações possíveis propiciadas pela internet, como argumentamos anteriormente. É a partir desses termos que pretendemos discutir o conceito de *Web 2.0*, termo que delimita uma cultura de solidariedade informacional ou “cultura de colaboração” (CARVALHO, 2016, p. 39). Diferentemente da primeira geração de serviços em rede, em que “os sites eram trabalhados como unidades isoladas, passa-se agora para uma estrutura integrada de funcionalidades e conteúdo” (PRIMO, 2007, p. 3). Ou seja, o termo sugere que a internet tornou-se mais interativa, uma vez que seus usuários não dependem de conhecimentos prévios sobre

programação para usufruir de suas possibilidades¹⁹. O historiador norte-americano Daniel Cohen (2004b) problematiza a “segunda década da web” desde o ponto de vista histórico. Em suas palavras,

podemos começar a pensar verdadeiramente sobre a história na segunda década da web, e a postular novas, mais apropriadas e idealmente mais esclarecedoras formas de história online, quando começarmos a observar além da circulação de documentos (incluindo ensaios, artigos, apresentações, notícias e mensagens) e a considerar como alternativa a coleção, a interligação e a exploração desses documentos. Grande parte do problema é conceitual: desde o começo da internet, os historiadores discutem largamente *substantivos*, como páginas virtuais ou websites, em detrimento de *verbos*, como pesquisar, classificar, coletar e comunicar (COHEN, 2004b, p. 295. Grifos originais).

O pensamento de Cohen conecta-se com a proposta desta pesquisa na medida em que objetivamos incidir sobre os *verbos* que giram em torno do canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade. Nossa preocupação é menos a sua *existência*, ainda que este seja um dos tópicos abordados e desperte o nosso interesse, do que o *interagir* dos visitantes do canal, sejam eles comentadores, curtidores, descurtidore ou apenas observadores anônimos²⁰. Tendo essas considerações em vista, pois, questionamos: é possível deixar de problematizar a rede mundial de computadores, especialmente as redes sociais, como é o caso do *YouTube*²¹, em análises históricas?

O historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016, p. 41-44) aponta algumas questões que nos ajudam a projetar respostas para a interrogação. A quantidade cada vez maior de pessoas que criam contas em redes como o *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram* ou o próprio *YouTube* faz dessas e de outras plataformas um campo possível para a divulgação de pesquisas acadêmicas, bem como para discuti-las, na medida em que,

a partir do momento em que o historiador lança mão das redes sociais para compartilhar o saber histórico produzido no âmbito acadêmico, ele possibilita ao grande público produzir críticas, elaborar falas e até mesmo contribuir para a construção continuada deste saber, afinal de contas, as redes sociais, mais do que meros pontos de difusão do conhecimento, permitem o *diálogo*, a *interlocução*, o *contar histórias e “estórias”*, permitem, inclusive, a descoberta de documentos históricos que dificilmente seriam encontrados por meio de pesquisas convencionais (CARVALHO, 2016, p. 42-43. Grifos nossos).

¹⁹ O referido texto de Alex Primo (2007) aborda em detalhes a interatividade nas redes sociais, desde um ponto de vista teórico até a exploração de exemplificações práticas acerca da segunda geração da *Web*. A leitura é sugerida para aqueles que buscam conhecer as discussões que orbitam o conceito.

²⁰ Os não participantes - ou seja, usuários que não se manifestam com frequência ou simplesmente não o fazem em espaços de convivência *online* - são conhecidos pelo vocabulário corrente na internet como *lurkers* (PRIMO, 2007, p. 6).

²¹ Jean Burgess e Joshua Green (2009, p. 85-103) entendem o *YouTube* como uma rede social, justamente por conta das características das atividades de seus membros e pela formação de redes de contato.

Em outras palavras, as redes sociais precisam ser pensadas para além de suas funcionalidades básicas, tendo em vista a possibilidade de serem uma espécie de extensão da produção acadêmica: nessas plataformas, as publicações não apenas são capazes de atingir um público maior, mas também podem passar por uma apreciação diferenciada da tradicional avaliação entre pares. Nesse sentido, o historiador norte-americano Roy Rosenzweig (2011, p. 21) aponta para o fato de que

a democratização do acesso é a grande vantagem dos registros e materiais eletrônicos. Pode ser mais difícil preservar e organizar materiais digitais em relação aos documentos físicos, mas, uma vez que o trabalho está feito, podem ser acessados por um vasto número de pessoas.

Carvalho (2016, p. 43) ainda define as redes sociais como “fenômenos históricos”, motivo pelo qual podem (e devem, de acordo com o seu pensamento) ser encaradas, além de uma ferramenta para a atividade intelectual, como *objetos de pesquisa* por parte dos historiadores e historiadoras. Ou seja, não apenas podemos criar nossas contas, caracterizar nossos perfis pessoais, curtir páginas de nosso interesse e compartilhar seus conteúdos, criar eventos e mobilizar participantes; é fundamental que as redes sociais também sejam *estudadas* - e, de certo modo, é exatamente o que estamos propondo neste trabalho -, a fim de que possamos desnaturalizar a nossa forma de se relacionar com o mundo digital, como alertou Analet Pons na citação apresentada anteriormente.

No sentido dos debates relativos à rede mundial de computadores como *fonte*, o historiador colombiano Jairo Antonio Flórez (2011) estabelece alguns parâmetros que marcaram os pontos de encontro entre a *Web 2.0* e a história enquanto disciplina²². De acordo com o autor, são seis os principais aspectos dessa relação: a problematização das relações entre a história, a memória e os documentos digitais; o chamado “hipertexto”, sua apropriação em meio à *Web 2.0* e as decorrentes discussões acerca do desaparecimento dos livros físicos e da inevitável emergência de obras digitalizadas; a possibilidade de construção de conhecimentos históricos através das redes sociais e a preservação daquilo que é

²² É justo citar um exemplo prático de um projeto que conecte a pesquisa histórica com a perspectiva *dialógica* acerca da internet. O projeto *H-Bot*, criado pelo *Center for History and New Media* (CHNM), da Universidade George Mason, é uma ferramenta que soluciona questões básicas sobre história. Indagando o próprio *Google*, o *H-Bot* oferece resoluções de acordo com as estatísticas de aparição dos resultados no buscador - ou seja, a partir de uma espécie de consenso virtual em torno da informação. O programa é capaz de responder - não sem inevitáveis dificuldades relativas à veracidade dos dados - demandas sobre datas e conceitos, falhando quando colocado diante de perguntas sobre lugares ou explicações densas em torno das causas e motivações de determinados eventos. Para Roy Rosenzweig (2011, p. 37), membro fundador do centro responsável pela criação da ferramenta, “a Web funciona para o programa como uma vasta câmara de discussões sobre o passado”. De certa forma, esta ideia atravessa grande parte das reflexões propostas nesta pesquisa.

produzido nessas redes; e, por fim, o estabelecimento daquilo que chama de “Arquivo Infinito”, tendo em vista a gigantesca proporção de conteúdos difundidos através da internet (FLÓREZ, 2010, p. 84).

A simbólica infinitude das informações disponíveis na rede mundial de computadores marca, no contexto da dita “virada digital”, a passagem de uma situação de *escassez* para outra notabilizada pela *abundância*. Este processo transicional foi concebido por Roy Rosenzweig (2011, p. 7), que responsabiliza a internet pelo deslocamento dos historiadores de um cenário de preocupações com o baixo alcance de seus trabalhos e com a carência de fontes disponíveis para uma outra circunstância em que é possível divulgar pesquisas para milhões de pessoas sem grandes custos. Nesse seguimento, “tendo vivido suas carreiras profissionais em meio à uma cultura de escassez, os historiadores pensam que um mundo de abundância pode causar *desordens*” (ROSENZWEIG, 2011, p. 22. Grifo nosso). Tais desordens dizem respeito às incertezas decorrentes de um novo universo que se abre diante dos historiadores. No que se refere às questões relativas à preservação dos documentos digitais, por exemplo, o autor ressalta as dificuldades de catalogação de conteúdos pelo *Internet Archive*²³, tendo em vista a infinitude da rede e demais condições impostas ao projeto, como é o caso de páginas desindexadas, de *web sites* com intenções monetizadas em propriedade de empresas privadas entre outras.

O historiador Pedro Telles da Silveira (2013, p. 12. Grifo nosso) argumenta que

a boa recepção da nova abundância de fontes disponíveis em repositórios digitais é contrabalançada pela *desorientação* diante de um campo no qual o historiador [...] não detém mais o monopólio dos estudos do passado tampouco da enunciação de seu saber sobre o mesmo.

A internet, pois, não apenas “embarçou nossas audiências”, à maneira de Rosenzweig (2011, p. 6), mas também a própria definição profissional dos historiadores, que se *desorientou* ao ver seus limites tradicionais tornarem-se um tanto opacos. Jairo Antonio Flôrez (2010, p. 89. Grifos nossos), por exemplo, explora as características daquilo que considera ser uma

²³ O projeto *Internet Archive* foi lançado em 1996 com o objetivo de arquivar a própria rede mundial de computadores, preservando *sites*, livros, gravações de áudio, vídeos, imagens e *softwares*. Atualmente, o projeto é responsável pela preservação de 279 bilhões de páginas da *Web*. Em seu endereço eletrônico, define-se da seguinte maneira: “como uma biblioteca, providenciamos o livre acesso a pesquisadores, historiadores, acadêmicos, pessoas com dificuldades de leitura de materiais impressos [*the print disabled*] e ao público em geral. Nossa missão é fornecer acesso universal a todo conhecimento”. Roy Rosenzweig (2011, p. 12) alertou para o fato de que “a digitalização abalou o sistema tradicional de preservação, e uma alternativa ainda não surgiu. Neste meio tempo, objetos históricos e culturais são permanentemente perdidos”. Talvez o *Internet Archive* expresse uma reviravolta em meio a este “abalo”. O projeto está disponível em: <<https://goo.gl/TxBBw8>>. Acesso em: 14 set. 2018.

“memória digital” - ou seja, “uma memória democrática, global, multicultural e multilinguística, para além de seus princípios técnicos; *é uma história construída por todos que queiram participar e saibam como fazê-lo*”. Vale ressaltar que, na medida do possível, acreditamos no potencial construtivo dessa “desorientação”.

Trazendo essas reflexões para o âmbito da presente pesquisa, problematizamos a forma como as narrativas sobre a ditadura civil-militar brasileira veiculadas através do canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade incidem sobre a relação dos historiadores e das historiadoras com o referido tema. Nesse sentido, delimitamos três questões a serem exploradas nos capítulos seguintes deste trabalho. São elas: a) o *YouTube* como um arquivo - e, portanto, como expressão social; b) as formas de difusão da memória da ditadura na internet; e, por fim, c) o incontornável debate em torno da chamada “História Pública” e a necessidade de ampliar as fronteiras da produção acadêmica e de repensar o processo de construção do conhecimento histórico. Esses apontamentos serão explorados nos próximos capítulos, a começar pela concepção arquivística da plataforma de compartilhamento de vídeos, que se inicia desde o subcapítulo seguinte.

1.2 *Broadcast Yourself*²⁴: o advento do *YouTube*

A empresa *Alexa Internet*, fundada em 1996 e incorporada pela companhia *Amazon* apenas três anos depois, é um dos principais núcleos de análise de dados relativos ao chamado “tráfego *Web*” - ou seja, as informações resultantes da navegação dos usuários de internet em páginas e endereços eletrônicos²⁵. É responsável pela classificação de *sites* de acordo com a sua popularidade, calculada a partir do número de visitas e de visualizações. As avaliações são realizadas com frequência, e a listagem transforma-se de acordo com a conquista ou a perda de posições por parte das plataformas²⁶. Pelo menos desde o mês de março de 2016, o *YouTube* aparece em segundo lugar na classificação²⁷ - atrás apenas do buscador da *Google*, empresa proprietária do serviço de compartilhamento de vídeos desde o ano de 2006, diga-se de passagem, tendo desembolsado 1,65 bilhão de dólares na sua compra

²⁴ O título do subcapítulo menciona a legenda utilizada pela plataforma entre 2005, ano de seu lançamento, e 2012, quando o *slogan* foi abandonado. Pode ser traduzido para a língua portuguesa como “Transmita-se”.

²⁵ O *site* da *Alexa Internet* pode ser encontrado em: <<https://goo.gl/g7QRC2>>. Acesso em: 15 set. 2018.

²⁶ Este *ranking* apresenta os 500 *sites* mais bem situados de acordo com os índices da companhia. Está disponível em: <<https://goo.gl/2xQpvn>>. Acesso em: 15 set. 2018.

²⁷ Este dado foi coletado com o auxílio do já mencionado *Internet Archive*, que permitiu o acesso à lista do mês em questão. Está disponível em: <<https://goo.gl/H47XpD>>. Acesso em: 15 set. 2018.

(BURGESS; GREEN, 2009, p. 18).

A ascensão do *YouTube* é um tema que gera boas discussões. Em sua obra *YouTube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa está transformando a mídia e a sociedade*, a professora Jean Burgess e o jornalista Joshua Green (2009) debatem o processo de criação da plataforma, as expectativas sobre o projeto, bem como a sua potencialidade em prol da construção coletiva de conhecimentos por parte dos usuários. Independentemente dos fatores que o elevaram à condição de segundo *site* mais visitado do planeta - sejam eles relativos ao emprego de recursos inéditos que foram capazes de atrair cada vez mais usuários ou à popularização de vídeos de humor, como é o caso de *Lazy Sunday*²⁸ -, o fato é que o *YouTube* superou suas promessas iniciais e tornou-se um veículo central para o entendimento de certos aspectos da vida contemporânea. De acordo com Burgess e Green (2009, p. 14. Grifos nossos), “cada um desses participantes chega ao YouTube com seus propósitos e objetivos e o modelam coletivamente como um sistema cultural dinâmico: o YouTube é um site de *cultura participativa*”. Nesse sentido, resgatando algumas das reflexões do subcapítulo anterior, novamente questionamos: quais os significados do *YouTube* para as análises históricas? Em que medida a sua popularidade impacta o papel de um historiador ou de uma historiadora?

Desde o seu surgimento, o serviço foi imensamente criticado pelas mídias tradicionais por ser uma plataforma supostamente especializada em assuntos banais, como vídeos de animais de estimação, compartilhamento indevido de clipes, álbuns musicais e filmes ou capturas de acidentes humanos. Por outro lado, os autores argumentam que “o YouTube é uma plataforma para aprendizado com seus pares e para *compartilhamento de conhecimento sobre todas as coisas* - tocar guitarra, cozinhar, dançar e falar de games de computador” (BURGESS; GREEN, 2009, p. 102. Grifos nossos). Nesse sentido, para além de conteúdos ditos “vulgares”, que não deixam de ter a sua importância e de representar determinados elementos sociais e culturais, a presente pesquisa coloca em questão a possibilidade de compartilhar conhecimentos sobre história, sendo, portanto, o próprio *YouTube* um espaço de construção de conhecimento histórico²⁹.

²⁸ A esquete do programa *Saturday Night Live* é considerada o primeiro vídeo a se tornar um *hit* no *YouTube* - ou seja, a alcançar um nível de visualizações e interações acima do usual (BURGESS; GREEN, 2009, p. 19). O nome do clipe em questão pode ser traduzido para a língua portuguesa como “Domingo Preguiçoso”.

²⁹ A intenção está em consonância com a proposta dos referidos autores, para quem “cada estudo sobre o YouTube nos proporciona diferentes noções do que o YouTube realmente é” (BURGESS; GREEN, 2009, p. 24. Grifo original).

Uma das formas possíveis de lidar com o dito questionamento é tratar o *YouTube* como um *arquivo*. À maneira do professor norte-americano Robert Gehl (2009, p. 45), para quem a plataforma em questão assemelha-se aos famosos gabinetes de curiosidades da Europa moderna - onde eram expostos artefatos dotados de peculiaridades instigantes -, o *YouTube* pode ser definido como “um arquivo à espera de curadores”. Nesse sentido, os seus usuários, na medida em que são responsáveis pela postagem de conteúdos e pela descrição e atribuição de *tags* aos vídeos, tornam-se agentes centrais do processo de curadoria (GEHL, 2009, p. 47)³⁰.

Burgess e Green (2009, p. 119-120), nesse seguimento, entendem o *YouTube* como um “arquivo cultural”, tendo em vista o fato de que a ampla gama de conteúdos existentes na plataforma pode, em conjunto, representar uma espécie de “registro da cultura popular contemporânea global”. O termo “popular” deve ser problematizado, uma vez que presume uma homogeneidade que não corresponde à diversa fatura de assuntos presentes em uma plataforma como o *YouTube*, o segundo endereço eletrônico mais visitado do planeta, como já abordamos neste capítulo, e, portanto, atravessado por intenções muito diferentes acerca do uso deste serviço³¹.

Essas reflexões nos permitem observar o canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade como um *arquivo*. Os seus administradores - os próprios integrantes da Comissão³² -, na incumbência de postar os vídeos das audiências realizadas, das entrevistas prestadas pelos seus membros, dos seminários de discussão, dos lançamentos de documentos e de outras atividades, bem como encarregados de editar as filmagens e a estética dos conteúdos publicados, de escrever suas descrições e de organizar listas de reprodução, podem ser considerados *curadores* do canal. Em outras palavras, foram responsáveis pela construção de um veículo aberto - ou seja, amplamente disponível para aqueles que desejassem acessá-lo -, de um canal que fosse capaz de comunicar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e torná-los amplamente conhecidos.

³⁰ O autor ainda aponta para o fato de que essa curadoria reproduz hierarquias de produção e de visibilidade de conteúdos presentes nas dinâmicas sociais além dos limites da rede mundial de computadores. Nesse sentido, cita algumas empreitadas de *bloggers* norte-americanos responsáveis por “exposições curadas, dotadas de princípios organizativos centrais e propósitos articulados de forma clara” (GEHL, 2009, p. 50).

³¹ Os *haters* - “odiadores”, em uma tradução literal para o português -, por exemplo, são usuários “que não fizeram *uploads* de seus próprios vídeos, mas deixam comentários agressivos em linhas de discussões de vídeos de outros usuários” (BURGESS; GREEN, 2009, p. 128. Grifo original).

³² A informação foi gentilmente concedida via *e-mail* por Carla Lopes, servidora do Arquivo Nacional e membra da equipe do projeto Memórias Reveladas, responsável pela manutenção do portal virtual da Comissão Nacional da Verdade desde o encerramento de suas atividades.

Nesse sentido, damos continuidade à pesquisa para analisar a própria atuação da Comissão Nacional da Verdade, bem como o que representou (e o que ainda representa) para a memória da ditadura civil-militar brasileira. Também será explorada a criação do canal do *YouTube* da Comissão, discussão que foi iniciada nesse subcapítulo desde o seu entendimento enquanto um arquivo, tema de suma importância nas páginas seguintes, em que a questão será problematizada em detalhes.

2 A Comissão Nacional da Verdade

A intenção do segundo capítulo deste trabalho é explorar as características do momento de instalação da Comissão Nacional da Verdade, bem como o seu significado político desde o ponto de vista da elaboração do passado da ditadura civil-militar brasileira. Pretende-se, também, analisar o processo de criação do canal do *YouTube* do órgão, bem como a sua inscrição em outras redes sociais, problematizando as suas condições de existência e a sua proposta no que se refere ao exercício de lembrança da ditadura brasileira.

2.1 A instituição da Comissão Nacional da Verdade

Pouco menos de três décadas após o término da ditadura civil-militar, seguindo tardiamente a tendência de outros países que vivenciaram as agruras do Estado de exceção e a repressão arbitrária dos autoritarismos do século XX, o Brasil colocou-se no caminho da revisão jurídica das violências de seu passado recente. No dia 18 de novembro de 2011, o governo federal sancionou a Lei nº 12.528, o ato legal de fundação da Comissão Nacional da Verdade, tendo sido aprovada de maneira unânime no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, onde circulou na forma do Projeto de Lei nº 7.376 (QUINALHA, 2013, p. 185).

Entre o final da ditadura e a implementação do referido órgão, no entanto, houve uma série de deliberações governamentais voltadas para os efeitos da repressão e do autoritarismo, que já eram perceptíveis desde o contexto de redemocratização³³. Na ocasião da instalação da Comissão, o discurso oficial proferido pela então presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), resgatou momentos importantes protagonizados pelos chefes do Poder Executivo antecedentes³⁴. Foram particularmente salientadas a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e a abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo e do Rio de Janeiro durante o mandato de Fernando Collor, do então Partido da Reconstrução Nacional (PRN)³⁵.

³³ Nesse sentido, é justo destacar que “a maior parte das forças políticas organizadas em movimentos sociais ou em partidos, inclusive de esquerda, priorizaram outras agendas durante a reconstrução da democracia, desprezando esse assunto [as graves violações dos direitos humanos] como se fosse apenas uma preocupação restrita aos familiares de desaparecidos” (QUINALHA, 2013, p. 192).

³⁴ A íntegra do discurso não foi encontrada no Portal da Biblioteca da Presidência da República, *site* que mantém documentações digitalizadas referentes aos dirigentes do país. A fala de Dilma, no entanto, está disponível no canal do *YouTube* do Palácio do Planalto: <<https://goo.gl/TsWJ4v>>. Acesso em: 22 set. 2018.

³⁵ Em 2000, passou a se chamar Partido Trabalhista Cristão (PTC).

O processo de elaboração institucional da memória da ditadura civil-militar brasileira, isto é, os empreendimentos públicos por parte do Estado, portanto, remonta ao início da chamada “Nova República”. Dentre essas ações, destacam-se o registro das primeiras cifras oficiais relativas aos mortos e desaparecidos e a instalação da já citada Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e da Comissão de Anistia, órgãos responsáveis, principalmente, pelas políticas de reparação às pessoas consideradas vítimas da repressão (GALLO, 2015, p. 329). Pioneiras, as citadas empreitadas institucionais permitiram um avanço importante do debate relativo à necessidade de voltar os olhos do país para o passado recente. De acordo com o cientista social e advogado Renan Quinalha (2013, p. 184), “tiveram papéis importantes tanto do ponto de vista do esclarecimento de alguns episódios e de algumas histórias individuais e, portanto, da produção da verdade, quanto do dever de reparação pecuniária e simbólica das vítimas”. Entretanto, também foram alvo de uma série de críticas referentes às suas limitações.

Os parentes das vítimas da repressão, em sua luta pelo conhecimento dos pormenores que ocasionaram o desaparecimento e a morte de seus entes queridos, foram (e ainda o são no tempo da escrita deste trabalho) forças de extrema importância ao longo do processo de discussão sobre a forma e as intenções das comissões referidas, entre outras legislações relativas ao período da ditadura. Deles, partiram sérias críticas acerca da timidez dos avanços projetados e desejados. No que se refere, por exemplo, à criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a cientista política Glenda Mezarobba (2010, p. 13) aponta para o fato de que

o Estado [foi desobrigado] de identificar e responsabilizar os que estiveram diretamente envolvidos na prática de tortura, com as mortes e desaparecimentos, e pelo ônus da prova ter sido deixado aos próprios parentes. Os familiares também não concordaram com a argumentação do governo, de atribuir aos limites impostos pela Lei da Anistia, a impossibilidade de se examinar as circunstâncias das mortes.

Em outras palavras, houve certos desencontros entre as diferentes maneiras de *lidar* com o passado - tanto por parte dos familiares e suas organizações quanto por parte do Estado -, notavelmente no que tange à identificação e atribuição de responsabilidades aos agentes da repressão, medidas obstaculizadas pela influência da Lei de Anistia³⁶.

³⁶ Nesse sentido, o segundo artigo da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que orientou a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), declara que “todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional, expresso na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 - Lei de Anistia” (BRASIL, 1995). Para a historiadora Caroline Silveira Bauer (2017, p. 17), “em relação aos militares a anistia se tratava de uma medida para o futuro, quanto a uma expectativa ou possibilidade de responsabilização penal no futuro”.

A Comissão Nacional da Verdade, por sua vez, no foco desta pesquisa, também não esteve a salvo de duras avaliações por parte de familiares de mortos e desaparecidos políticos, suas entidades representativas e, inclusive, membros da Comissão que, graças às divergências internas entre os responsáveis pela coordenação das investigações e das atividades organizadas pelo órgão, se desligaram de suas atribuições. Nesse sentido, à maneira de Marlon Weichert (2014, p. 87-88. Grifos nossos),

o principal objetivo de uma comissão da verdade é *expor publicamente os acontecimentos* e dar espaço às vítimas, contribuindo para que a sociedade possa saber e entender o ocorrido no passado e, com isso, se capacitar para prevenir e evitar repetições e perpetuações de práticas de violações aos direitos humanos.

Não à toa, uma das principais críticas era dirigida ao suposto descompromisso por parte da Comissão no que se refere ao ato de tornar públicos os seus trabalhos e os seus resultados, uma vez que um grande número de pessoas, em especial aquelas diretamente interessadas na efetiva transição em direção à democracia, aguardava com certa expectativa a apresentação das conclusões de investigações que eram esperadas há muito tempo. O descontentamento com a capacidade de divulgação destes resultados parece ter surtido efeito. Uma das soluções encontradas pelos comissionados será apresentada alguns parágrafos adiante e dará continuidade às discussões em questão neste trabalho no subcapítulo seguinte.

Sob um outro espectro ideológico - aquele cujas tendências são a justificação das violações perpetradas pelos agentes da repressão e o elogio à instalação da ditadura, ou do “regime militar”, como costumam preferir os seus defensores -, as críticas aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade também foram largamente empregadas. Diferentemente dos apontamentos sobre as suas deficiências, esses pareceres supunham uma Comissão “sem limites”, parcial e revanchista, uma espécie de revide político das esquerdas brasileiras (WEICHERT, 2014, p. 113-118). Essa visão ainda é muito comum em meio ao “discurso dos comandantes”, nas palavras de Benito Bisso Schmidt (2007, p. 128), e parece ter agigantado suas proporções ao longo das discussões públicas realizadas em torno dos temas referentes aos anos da ditadura. Ao analisar as temporalidades acionadas nas polêmicas sobre a Comissão Nacional da Verdade no âmbito legislativo, em especial na sessão de aprovação do projeto de lei que deu origem ao órgão, a historiadora Caroline Silveira Bauer (2015, p. 136-145) demonstra o emprego de conceituações que expressam o dito “discurso dos comandantes”, que parece ter rompido as fronteiras de um pensamento próprio da caserna e se tornado um discurso mobilizado por camadas mais amplas da sociedade brasileira.

Destacam-se as críticas ao suposto viés “anti-militar” da Comissão, uma vez que, como presumiam alguns deputados então presentes na sessão, ela teria deixado de lado as violências praticadas pelas esquerdas e os grupos revolucionários ao dar prioridade, em suas investigações, aos crimes cometidos pelas Forças Armadas³⁷.

Quanto a essa avaliação sobre a dita parcialidade da Comissão Nacional da Verdade, Marlon Weichert (2014, p. 93) aponta para o fato de que

no Brasil, as organizações armadas que lutaram contra a ditadura eram fracas e nunca conseguiram ter uma estrutura que implicasse controle territorial ou domínio sobre a vontade de terceiros. Portanto, não se caracterizavam como um ator não-estatal com poder estatal ou uma força beligerante e os seus atos violentos, mesmo quando atingiram civis, juridicamente não se caracterizam como violações aos direitos humanos, ainda que enquadráveis como crimes políticos ou comuns. Assim, a decisão da CNV de dedicar o mandato apenas para atos estatais, é juridicamente compatível com os princípios do direito internacional e a situação fática brasileira.

Em outras palavras - e os apontamentos do autor devem ser sublinhados, tendo em vista a reprodução das críticas sobre a pretensa tendência parcial por parte dos comentaristas do canal do *YouTube* da Comissão -, um órgão “sem limites”, parcial e revanchista confere uma ideia insustentável com seus próprios fundamentos legais.

Nesse sentido, destaca-se, ainda, a presença dos princípios da chamada “teoria dos dois demônios” nos debates em torno da Comissão Nacional da Verdade. Quinalha (2013, p. 187-191) explora o nascimento dessa interpretação desde o contexto de redemocratização na Argentina, projetando-a como uma estratégia argumentativa cujo objetivo era tensionar a atuação da luta armada e a repressão por parte do Estado, conectando-as a uma relação de *causa*, no caso das guerrilhas, e *efeito*, no caso do autoritarismo institucional. No que se refere ao Brasil, o autor não considera a referida relação, uma vez que as organizações políticas de oposição armada à ditadura teriam surgido justamente em meio à impossibilidade de combatê-la através dos mecanismos legais, bem como não eram capazes de resistir à altura da repressão de um Estado arbitrário organizado e cruelmente eficaz (QUINALHA, 2013, p. 192). Além disso, ressalta o fato de que esses grupos “já foram, em sua enorme maioria, presos, torturados e, às vezes, processados e punidos para além do legalmente permitido e em

³⁷ As visões em confronto dizem respeito aos próprios *tempos* que orbitam a Comissão Nacional da Verdade, que não serão abordados em detalhes por conta dos recortes adotados nesta pesquisa. Nesse seguimento, recomendamos a leitura da obra de Bauer (2017), que também aborda questões relativas à memória, ao esquecimento, à justiça e suas relações com a história e com os historiadores. Para ela, “no estudo da CNV, pode-se encontrar, pelo menos, três temporalidades distintas: a temporalidade do trauma, a temporalidade da transição política e a temporalidade da própria comissão” (BAUER, 2017, p. 125).

contrariedade mesmo à legalidade autoritária vigente à época” (QUINALHA, 2013, p. 192)³⁸.

Apesar das posturas críticas sobre, por um lado, as *limitações* das investigações ou, por outro lado, sobre as suas *ilimitações*, as atividades da Comissão Nacional da Verdade propiciaram avanços no que se refere à elaboração da memória da ditadura civil-militar. Eles estão expressos, em especial, nas recomendações do órgão ao Estado brasileiro - como a efetiva punição dos indivíduos considerados responsáveis pelas violações investigadas e o desmantelamento de aparatos burocráticos oriundos da ditadura ainda vigentes no tempo presente -, bem como na reunião e organização de um significativo acervo documental voltado para as pesquisas em torno do período. O historiador Carlos Artur Gallo (2015, p. 342) afirma que,

apesar dos limites observados em sua trajetória, a Comissão Nacional da Verdade brasileira parece ter contribuído para que se lance um olhar menos condescendente com a violência do passado e mais comprometido com o resgate da memória da repressão política no país.

Nesse sentido, entretanto, há de se questionar o apontamento do autor. Nos limites desta pesquisa, que coloca em questão concordâncias e desavenças que despontam em meio ao espaço virtual frente a determinadas narrativas acerca do passado brasileiro, lançamos mão da seguinte interrogação: considerando as manifestações publicadas na caixa de comentários do vídeo referente à tomada pública do depoimento do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, é possível considerar a conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e a publicação do seu Relatório Final como marcos de um maior comprometimento social frente às permanências da ditadura civil-militar?

2.2 O canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade

No discurso oficial de entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade, a então presidenta Dilma Rousseff destacou a capacidade de divulgação dos trabalhos dos comissionados e confiou no interesse público em relação às suas conclusões. Dizia o seguinte: “A partir de agora, todos os brasileiros terão *acesso fácil*, via internet, ao relatório desta comissão e às informações relevantes [sobre o período]” (ROUSSEFF, 2014. Grifos nossos). Na ocasião, dissertou sobre a importância da preservação daquilo que considerava

³⁸ A própria escolha dos membros da Comissão Nacional da Verdade, diga-se de passagem, reproduziu a lógica da “teoria dos dois demônios”. Segundo Quinalha (2013, p. 199. Grifos nossos), “a imparcialidade foi uma das exigências trazidas pela oposição [no que tange à composição do órgão], requisito este que, claramente, assume a ideia de *dois lados isolados da sociedade* e que, por terem um conjunto determinado de interesses e preferências, não podem atuar na busca da verdade”

ser a verdade sobre os anos ditatoriais em prol de uma reconciliação social em torno das representações do passado.

Como havíamos indicado anteriormente, tendo sido explorados alguns aspectos das críticas dirigidas às investigações no subcapítulo anterior, voltamos à tentativa de solucionar o problema referente à publicização dos resultados e do andamento das atividades pelos comissionados. No dia 21 de novembro de 2012, alguns meses após a sua instituição, a Comissão Nacional da Verdade inscreveu-se no *YouTube*, a plataforma de compartilhamento de vídeos explorada no capítulo anterior³⁹. Quais foram as principais motivações que levaram os seus membros a crer na relevância da divulgação virtual dos materiais que produziram ao longo dos quase três anos de trabalho? Nas palavras de Carlos Artur Gallo (2015, p. 338. Grifo original),

a partir de 2013, uma busca por maior interação com o público e uma maior publicização de dados sobre as atividades realizadas pela CNV começaram a ser realizadas. Na televisão, na internet (com o uso das redes sociais) e na mídia impressa, passaram a ser mais frequentes notícias divulgando o trabalho da Comissão, além de serem disponibilizados no *YouTube* vídeos das audiências públicas que estavam sendo realizadas em todas as regiões do país para a tomada de depoimentos de vítimas do aparato repressivo, de ex-agentes da repressão e de testemunhas que, por décadas, tiveram receio de contar publicamente o que sofreram, o que fizeram ou o que viram ser feito em nome da DSN [Doutrina de Segurança Nacional].

Nesse sentido, pode-se inferir que a internet, exatamente por conta das características exploradas no primeiro capítulo - a interatividade, a divulgação veloz de informações e o conceito de “esfera pública virtual”, por exemplo -, despontou em meio ao horizonte de possibilidades dos comissionados, que sofriam incontornáveis pressões no sentido de comunicar suas atividades. A própria documentação recolhida e compilada pela Comissão Nacional da Verdade também foi tornada pública, tendo sido disponibilizada no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)⁴⁰. Bauer (2017, p. 60. Grifos nossos) lembra que

a CNV realizou setenta e cinco audiências públicas, em diversos estados do país; foram feitas visitas de reconhecimento a instalações que serviram de centros clandestinos de detenção; e muitas dessas ações foram transmitidas ao vivo pela internet, bem como os registros das atividades divulgados em redes sociais, possibilitando um *amplo alcance das informações sobre a comissão*.

Das palavras de Dilma na cerimônia de entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade aos apontamentos dos referidos autores, é possível concluir que a

³⁹ O dado relativo à data de inscrição está disponível na aba “Sobre” do canal: <<https://goo.gl/hic6mn>>. Acesso em: 21 set. 2018.

⁴⁰ A consulta ao acervo *online* da Comissão está disponível em: <<https://goo.gl/D4QiPM>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

inscrição do órgão no universo digital foi uma maneira de ampliar o alcance daquilo que era produzido em suas ações. Vale lembrar que, ao término do tempo de trabalho da Comissão, o dito relatório somava mais de quatro mil páginas organizadas em três longos volumes - o que, para Marlon Weichert (2014, p. 127), “dificulta o acesso pelo principal público alvo: a sociedade civil e os cidadãos comuns”. Nesse seguimento, além do *YouTube*, que será retomado adiante, também foram criados perfis em outras redes sociais. O perfil da Comissão Nacional da Verdade no *Twitter*, serviço posicionado na décima terceira colocação do *ranking* da *Alexa Internet*, apresentada no capítulo anterior, foi criado no dia 26 de julho de 2012 - e parece ter sido a rede social pioneira no processo de *digitalização* das atividades dos comissionados⁴¹. Com 12.549 seguidores, o perfil possui a seguinte *Bio*⁴²: “Twitter oficial da Comissão Nacional da Verdade para divulgação de notícias e contato com a sociedade”. A ideia de *divulgar* dados e estabelecer um *contato* com pessoas apartadas do núcleo de funcionamento do órgão parece estar em consonância com a intenção de ampliar o alcance de suas ações.

A sua página no *Facebook*, por sua vez, mídia que ocupa a terceira posição no referido *ranking*, foi aberta em 6 de setembro de 2012, um pouco antes da fundação do canal na plataforma de compartilhamento de vídeos⁴³. Conta com 249.401 curtidores e 247.626 seguidores⁴⁴. Há de ser destacado o texto publicado nas “Informações gerais” sobre a página, dispostas na aba “Sobre”⁴⁵. Diz o seguinte:

Atenção: o emprego de termos que remetam ao uso de violência nos comentários, como ameaças, por exemplo, e palavrões, não será tolerado. Comentários ofensivos também serão apagados. O envio repetitivo de links externos (spam) também não será tolerado. Comentários repetidos em duas postagens ou mais serão deletados e os comentaristas que insistirem nessa prática serão banidos da comunidade. Para o envio de sugestões, pedidos de informações etc., escrevam para a Ouvidoria da CNV.

Os chamados “comentaristas” também estavam presentes na página do *Facebook* da Comissão Nacional da Verdade, o que possibilitaria ampliar este trabalho na direção dessa

⁴¹ Está disponível em: <<https://goo.gl/FcB8Er>> Acesso em: 23 set. 2018. Além do citado número de seguidores, o perfil da Comissão Nacional da Verdade segue 37 usuários, a grande maioria contas oficiais de instituições do Estado brasileiro. De um total de 3.575 *tweets*, a última postagem foi feita no dia 28 de janeiro de 2015. Os dados foram coletados no início da tarde do dia 23 de setembro de 2018.

⁴² O termo é uma abreviação da palavra “biografia”, e constitui o espaço relativo à descrição do usuário em sua rede social.

⁴³ Está disponível em: <<https://goo.gl/jBGbsg>>. Acesso em: 23 set. 2018. Sua última publicação foi realizada no dia 28 de janeiro de 2015.

⁴⁴ Dados coletados no início da tarde do dia 23 de setembro de 2018.

⁴⁵ A aba está disponível em: <<https://goo.gl/1DJpYq>>. Acesso em: 23 set. 2018.

mídia social, esforço que infelizmente escapa aos limites desta pesquisa. Outro destaque a ser realizado é a disponibilização de uma categoria específica referente à página em questão no próprio portal do órgão⁴⁶. O clique nessa categoria coloca o visitante diante da seguinte informação: “Como legado, fica disponível todo o material publicado durante os dois anos e sete meses de atividades”. Assim como no caso do *Twitter*, cuja função é o estabelecimento de um *contato* com terceiros, a projeção de um *legado* está igualmente de acordo com a publicização das atividades da Comissão. Além disso, nesse seguimento, a página no *Facebook* também pode ser compreendida enquanto um *arquivo*, tema explorado anteriormente e que será aprofundado a seguir.

Tendo em vista as considerações em torno da inscrição da Comissão Nacional da Verdade em diferentes redes sociais, retomamos as discussões relativas ao seu canal do *YouTube*. No primeiro capítulo, discutimos o argumento de Robert Gehl (2009, p. 45), para quem a plataforma é “um arquivo à espera de curadores” - ou seja, seus próprios usuários. Burgess e Green (2009, p. 119-120), por sua vez, compreendem-na como um “arquivo cultural” capaz de registrar a “cultura popular contemporânea global”, expressão problematizada previamente. Neste momento, a fim de ampliar esse debate, propõe-se a reflexão sobre as características de um documento digital, suas especificidades em relação às fontes físicas - tradicionais em meio à pesquisa historiográfica -, bem como seus dilemas no que se refere ao trabalho dos historiadores.

A proposta de reflexão vai de encontro à problemática abstenção do debate relativo às condições existenciais das fontes digitais por parte da comunidade de historiadores, fato apontado por Pedro Telles da Silveira (2016, p. 272), para quem esses documentos, muitas vezes apropriados de maneira automática e naturalizada, “trazem a necessidade de repensar concepções a respeito das fontes históricas e, por extensão, procedimentos associados a seu uso”. O autor disserta sobre algumas das definições das “novas mídias”, destacando não apenas a possibilidade de representar numericamente um artefato digital, problematizando a autenticidade desses documentos, que são capazes de existir dotados dos mesmos códigos em computadores diferentes, mas também a sua “transcodificação” - ou seja, a capacidade de *recriação* através de sua composição matemática (SILVEIRA, 2016, p. 280-283). A título de conclusão, explora as pressupostas distinções entre o arquivo propriamente digital e os arquivos físicos, armazenados em grossas pastas, que se tornaram objetos virtuais a partir do

⁴⁶ Está disponível em: <<https://goo.gl/kAcAUh>>. Acesso em: 23 set. 2018.

processo de digitalização. Para Silveira (2016, p. 283), entretanto, “no contexto do computador, todo documento é igualmente digital”. Nos limites do canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade, nesse seguimento, é possível considerar os vídeos de relatos de perpetradores e de sobreviventes da ditadura civil-militar, por exemplo, como *documentos digitais*. A filmagem, a edição e a postagem das audiências públicas e das entrevistas realizadas pelo órgão constituiriam etapas de um processo de digitalização de fontes relativas à ditadura brasileira - nesse caso, os próprios testemunhos orais, que não apenas garantem sua continuidade ao serem publicados na rede mundial de computadores, tendo em vista a disparidade entre os atributos das chamadas “novas mídias” e o tempo de vida humano, mas também amplificam o número de ouvintes.

Retomando determinadas pesquisas referentes à leitura de livros físicos, pioneiras na preocupação com os limites e as potencialidades da digitalização de documentos, o historiador espanhol Anacleto Pons (2011) explora a reprodução digital de fontes escritas, como cartas, manuscritos, arquivos institucionais entre outros fragmentos do passado. O autor problematiza as implicações de acervos tão vastos sobre as definições históricas acerca do passado. Em suas palavras,

esta avalanche de dados e informações pode nos fazer crer na ingenuidade positivista, acreditando que a verdade é simplesmente este todo que agora já temos à nossa disposição e que, conseqüentemente, o passado é inteiramente recuperável *sem mediações* (PONS, 2011, p. 55. Grifos nossos).

Nesse sentido, observa-se a grande difusão de conteúdos referentes à história na internet. A existência de páginas em redes sociais, *sites* de conteúdos especializados, *blogs* relativos à experiências pessoais sobre determinados eventos - alguns citados na introdução deste trabalho, inclusive⁴⁷ - colocam os historiadores diante de um paradoxo recorrente em argumentos em torno das relações entre história e espaço digital: todos que se dedicam ao compartilhamento de conhecimentos históricos podem ser considerados historiadores? Nas palavras de Pons (2011, p. 55),

se um historiador quisesse escrever um relato sobre qualquer batalha da Segunda Guerra Mundial, sua única opção era arrumar suas malas e dirigir-se aos arquivos pertinentes. Porém, hoje as coisas já não funcionam dessa forma. A visita ao arquivo é igualmente obrigatória, mas agora nos colocamos diante da tela do computador, nos conectamos a Internet e podemos encontrar diversas páginas criadas por aficcionados [em história]. O curioso é que não são simples descrições, mas também há fotografias, objetos pessoais, diários e pequenas biografias de pessoas que vivenciaram o conflito. Em alguns casos, inclusive, permitem contatar outros indivíduos que, por sua vez, guardam mais diários, fotografias e cartas. E o

⁴⁷ Ver as notas 8, 9 e 10.

mesmo ocorre com acontecimentos ou eventos de todo tipo, desde a Guerra Civil espanhola até as ditaduras americanas, passando por recordações pessoais sem conexão alguma com um processo coletivo concreto.

Em outras palavras, o autor descreve um cenário de *abundância*, de acordo com Roy Rosenzweig (2011, p. 7), apresentado no capítulo anterior, na medida em que a internet é povoada tanto por inúmeros documentos, quanto por múltiplos usuários que, à sua maneira, a utilizam como uma plataforma de compartilhamento de informações sobre eventos ou figuras históricas.

O pensamento dos autores, portanto, permite-nos concluir este capítulo definindo o canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade como um *arquivo histórico digital*. Além de agregar fontes sobre a história da ditadura civil-militar brasileira - principalmente depoimentos, mas também os registros das atividades da própria Comissão, que pode ser estudada a partir de seu perfil no *YouTube* e em outras redes sociais -, o canal igualmente disponibiliza essas informações de maneira ampla e acessível.

Nas palavras de Caroline Silveira Bauer (2017, p. 174. Grifos nossos),

objetiva-se entender a CNV como um espaço dinâmico no qual se interpelam e se negociam diferentes interpretações sobre a ditadura. Nesse sentido, é necessário lembrar que *o passado e a escrita da história não são monopólios dos historiadores* e que entre a história produzida academicamente e os demais espaços de formulação de saberes históricos desenvolve-se uma interação que pressupõe disputas e negociações.

Sendo assim, tendo em vista o aspecto da *divulgação* e a fim de fixar um ponto de continuidade para as discussões acerca da “História Pública” na parte final do presente trabalho, finalizamos este capítulo com a ideia de que a disciplina histórica deve abrir-se cada vez mais para as experiências do lado de fora dos espaços e das tradições universitários, ainda que estejam em dissonância com os seus preceitos. Momentos críticos, à maneira de Hannah Arendt (2016, p. 223), exigem que retornemos às nossas interrogações fundamentais e repensemos as nossas certezas.

3 “Vim conhecer mais da historia desse coronel”⁴⁸: uma análise de comentários do vídeo referente ao depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra

A intenção do terceiro capítulo deste trabalho é descrever a metodologia empregada na análise dos comentários selecionados em meio à postagem do vídeo relativo à tomada pública do depoimento do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo. Utiliza-se o programa *IRaMuTeQ*, um *software* de análise de dados textuais desenvolvido pelo pesquisador francês Pierre Ratinaud (2009) na Universidade de Toulouse. O programa possibilita uma visualização estatística dos comentários, indicando as frequências de aparição das palavras utilizadas nos argumentos e as similitudes entre os comentários. Além disso, o *software* ainda permite a produção de grafos e nuvens que facilitam a visualização dos dados coletados. Por fim, os resultados obtidos dessa análise serão explorados desde o ponto de vista histórico sobre o conceito de “memória”, pensando, em especial, a forma como a memória da ditadura civil-militar brasileira é elaborada na internet.

3.1 Metodologia de análise dos comentários

Aqueles que acompanharam o avanço do pensamento conservador no Brasil, que se refletiu de maneira gradual nos últimos processos eleitorais, certamente reconhecem um conselho bastante comum sobre publicações em redes sociais de grandes veículos de comunicação, em especial jornais como *Folha de S. Paulo*, *Estadão* e *GI*: “não veja os comentários”. Basta anunciar a surpresa com determinada notícia e ler sua manchete em voz alta para receber uma advertência parecida. O fenômeno é resultado de uma notável ocupação do universo virtual por pessoas e grupos em sintonia com o dito senso reacionário em ascensão no país. Em tom irônico, dialogando com o léxico e a lógica argumentativa da visão de mundo conservadora, Márcio Moretto Ribeiro (2018, p. 90) sugere que seus defensores atribuem aos seus próprios preceitos a qualidade de “autoevidentes”, estrategicamente silenciados por uma mídia supostamente “manipuladora”, motivo pelo qual recorrem às redes sociais com o propósito de difundir suas verdades. Nesse seguimento, a grande maioria dos

⁴⁸ A frase destacada é um trecho do comentário de “leandro game”, publicado no vídeo em questão. Como explicado na introdução deste trabalho, a intenção de colocá-la em destaque deve-se ao fato de que essas palavras sugerem o caráter de divulgação histórica do canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade. Os erros gráficos ou gramaticais foram reproduzidos de maneira literal.

posts com alto nível de alcance e propagação (relativo a fatores como o número de seguidores ou curtidores do perfil e interações na postagem) que mencionam, entre outras questões, temas de teor político, tal qual a crítica a determinadas figuras públicas - ou mesmo a sua defesa -, e assuntos polêmicos, como o aborto, a regularização do consumo de drogas e a garantia de direitos sociais à população LGBT+, é bastante comentada. Os engajamentos produzem verdadeiras discussões (e xingamentos) nas caixas de comentários dessas publicações, espaços em que se manifesta uma série de perspectivas em torno das referidas temáticas⁴⁹.

Apesar das boas intenções do dito conselho, a formação de debates e a propagação de visões acerca da história brasileira não podem ser ignoradas pelos historiadores. O historiador Mateus Henrique de Faria Pereira (2015, p. 869) considera “a internet [...] um ‘veículo de memória’, em especial por trazer os conflitos de/pela(s) memória(s) para o espaço público”. Abster-se de observar o que é comentado em certas postagens é, portanto, ignorar a forma como as tecnologias digitais impactam a produção do conhecimento histórico. Sendo assim, adotamos o caminho inverso àquele que é aconselhado: resolvemos visualizar os conteúdos das caixas de comentários, em especial no vídeo referente à tomada pública do depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo, no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, disponibilizado no canal do *YouTube* do órgão.

O primeiro desafio foi deparar-se com uma quantidade bastante significativa de comentários, número frequentemente alterado pela publicação de novas manifestações⁵⁰. Analisar qualitativamente os 1.047 comentários postados no vídeo, ainda que variassem de pequenos textos - às vezes com apenas uma linha ou tão-somente alguma *hashtag* - a longas observações, parecia uma tarefa inviável. Não à toa, em uma versão embrionária da presente pesquisa apresentada no I Congresso Internacional em Humanidades Digitais, realizado pela

⁴⁹ A ação de robôs - ou *bots* -, ainda que não seja um ponto explorado neste trabalho, é uma dimensão curiosa em meio às interações *online*. São programas automatizados que reproduzem a atividade humana na internet - ou seja, no caso das redes sociais, simulam usuários com a finalidade de replicar determinadas mensagens. O seu uso político-partidário, um fenômeno recente e, do ponto de vista do senso comum, bastante nebuloso, coloca entidades responsáveis pela lisura dos processos eleitorais em alerta.

⁵⁰ No momento da criação do *corpus* textual utilizado no programa *IRaMuTeQ*, no dia 2 de agosto de 2018, o vídeo em questão contava com 1.047 comentários. Durante a escrita da presente nota de rodapé, no dia 6 de novembro do mesmo ano, a caixa de comentários já era povoada por 1.139 manifestações. Um aumento razoável para uma diferença de tempo pequena, considerando, inclusive, o fato de que o vídeo foi postado há mais de cinco anos atrás, no mês de maio de 2013. Optamos por não incluir os novos comentários a fim de evidenciar, por meio dessa nota, a velocidade de sua publicação, mesmo em um canal inativo.

Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) no ano de 2018, trabalhamos com uma pequena seleção de comentários do vídeo em questão, escolhidos em meio aos “principais comentários”, categoria atribuída pelo próprio *YouTube* (LAITANO, 2018). Na ocasião, os professores Ricardo Pimenta, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e Bruno Leal Pastor de Carvalho, do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), coordenadores do eixo temático em que apresentamos o trabalho, sugeriram a utilização do programa *IRaMuTeQ*, um *software* de análise de dados textuais desenvolvido pelo pesquisador francês Pierre Ratinaud (2009) na Universidade de Toulouse, que permitiria ampliar o recorte quantitativo de comentários. A dica foi fundamental para o andamento da pesquisa.

O *IRaMuTeQ* é uma ferramenta dotada de muitas possibilidades. A leitura de um determinado *corpus* textual permite a observação de estatísticas textuais, uma visão numérica em torno das palavras que compõem o referido documento de texto - ou seja, a frequência de aparição de cada uma das expressões disponíveis, que podem ser organizadas pelos usuários da ferramenta em “formas ativas” e “formas suplementares”, selecionadas de acordo com preferências gramaticais⁵¹. O programa também possibilita a produção de análises de similitudes, que abstraem visualmente os distanciamentos e aproximações entre as palavras do *corpus* - isto é, transformam o arquivo de texto em grafos, estruturas que demonstram as relações entre determinadas formas. As definições desses grafos podem ser alteradas a fim de reduzir ou ampliar o recorte de frequência que constitui a sua apresentação. Nesse sentido, quanto mais expressões o grafo incorpora, mais informativo e denso ele é. Além disso, as configurações e ajustes gráficos permitem a manipulação estética do resultado da análise de similitudes, na medida em que se pode optar por certos algoritmos de apresentação, tipos, tamanhos e formatos, bem como cores, bordas, medidas entre outros fatores. A ferramenta em questão ainda proporciona a criação das tão faladas nuvens de palavras, que podem ser igualmente modificadas de acordo com o número máximo de formas, as proporções, os tamanhos, os formatos e as colorações da nuvem⁵². Há de se destacar que todas as

⁵¹ Em relação à estatística textual, o programa também apresenta uma aba chamada “Resumo”, que dispõe os dados referentes ao número de textos, de ocorrências, de formas, de “hapax” e a média de ocorrências por texto, bem como fornece a visualização de um diagrama de Zipf, que ilustra a relação entre as frequências e a quantidade de palavras no *corpus*, e outra aba chamada “Hapax”, que apresenta as expressões únicas do *corpus* em questão - ou seja, que foram mencionadas apenas uma vez.

⁵² Ademais, o *IRaMuTeQ* possibilita a realização da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) e das especificidades do *corpus*, bem como a aplicação do chamado “Método de Reinert” e a criação de *subcorpus*. Essas funcionalidades não foram exploradas na pesquisa com os comentários do vídeo relativo à tomada pública

funcionalidades exigem três definições básicas: o uso (ou não) da técnica de lematização⁵³ por parte do *software*, a classificação da relevância das palavras dispostas no *corpus* em formas ativas, suplementares ou simplesmente eliminadas da análise, e a determinação do dicionário que fundamenta as leituras do programa. Nesse seguimento, de acordo com Camargo e Justo (2013, p. 513), “o dicionário experimental em língua portuguesa encontra-se em fase de aprimoramento, embora já seja bastante adequado”.

No que tange à pesquisa com os comentários do vídeo relativo à tomada pública do depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, produzimos dois grafos a partir da análise de similitudes de um *corpus* textual relativo aos 1.047 comentários catalogados e uma nuvem de palavras. Em primeiro lugar, vale descrever o processo de criação do referido *corpus*. Se a possibilidade de analisar qualitativamente o grande número de comentários postados no vídeo parecia uma tarefa inviável, copiar um por um e colá-los no *Bloco de Notas*, um editor de texto produzido pela *Microsoft*, e separá-los por um conjunto de quatro asteriscos (****), o código utilizado pelo *IRaMuTeQ* para compreender o início e o término de um determinado segmento de texto (ou seja, em quais momentos começa e termina um comentário, no caso do presente trabalho), eram igualmente desafios de fôlego. Graças à sugestão de Leonardo Geliski, mestrando em Políticas Públicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na ocasião em que ministrou o minicurso intitulado “Análise de Conteúdo e mineração de texto (*text mining*) com o Iramuteq”, parte da programação da I Escola Discente de Métodos e Técnicas de Pesquisa, ocorrida na mesma universidade no mês de julho de 2018, a apreensão foi superada. Geliski recomendou a utilização do programa *Netlytic*, uma ferramenta de coleta automática de dados de redes sociais, como o *Facebook*, o *Twitter*, o *Instagram* e o próprio *YouTube*, desenvolvida por Anatoliy Gruzd (2017). No caso da plataforma de vídeos, o *software* é capaz de extrair todos os comentários disponíveis em uma publicação, permitindo o *download* de um arquivo que pode ser visualizado no *Excel*, o editor de planilhas desenvolvido pela *Microsoft*. Bastou, por conseguinte, copiar a totalidade dos textos relativos aos comentários no arquivo em questão e colá-los em um documento de texto do *Bloco de*

do depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra, motivo pelo qual também não as abordamos no parágrafo em que foram explicadas algumas das possibilidades de uso da ferramenta. Sendo assim, recomendamos a leitura de um artigo produzido por Camargo e Justo (2013). Sugerimos, também, a leitura do tutorial oficial do *IRaMuTeQ* em português, disponível em: <<https://goo.gl/eyKY7n>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

⁵³ A lematização é a junção de um grupo de palavras a partir de um lema (ou radical) em comum. Nesse sentido, as variações de uma mesma palavra são agrupadas em uma única expressão pelo programa.

Notas. Quanto à separação de cada um dos segmentos pelo quarteto de asteriscos, entretanto, não há escapatória. Sem essas marcações, o *IRaMuTeQ* não conseguiria processar a análise ou aplicar suas funcionalidades sobre o *corpus*, mas nada como uma agradável companhia sonora no *Spotify*, serviço de música digital, para aliviar o peso da atividade.

Construído o *corpus* textual, inserimo-lo no *IRaMuTeQ* e demos continuidade à análise de dados⁵⁴. Em primeiro lugar, é necessário relatar as descrições exibidas automaticamente pelo *software* acerca do *corpus*. O número de textos obtido foi 1.047, que corresponde exatamente à quantidade de comentários disponíveis no vídeo em questão. Vale observar que qualquer cifra diferente significaria que teríamos cometido algum equívoco na construção do *corpus*, o que exigiria retomar o processo descrito anteriormente. O número de segmentos de texto (1.512), no que lhe diz respeito, é relativo aos recortes textuais, que dividem a totalidade de textos em determinadas frações. Já o número de ocorrências (36.262) corresponde à plenitude de palavras do *corpus*, e o número de formas (6.451), por sua vez, concerne às distinções entre as expressões desse universo textual. Por fim, o número de “hapax” obtido - ou seja, a quantidade de palavras cuja frequência é única - foi 3.760. Em seguida, a primeira funcionalidade aplicada foi a análise das estatísticas textuais⁵⁵. Como resultado, chegamos nos seguintes dados (o número de textos e o número de ocorrências coincidem com os algarismos informados previamente, diga-se de passagem): o número de formas encontrado foi 4.461, e o número de “hapax” obtido, por sua vez, foi 2.290. Além disso, as estatísticas textuais ainda informam as frequências e os tipos de cada uma das formas, sejam elas ativas, suplementares ou únicas. Sendo assim, permitem observar quantas

⁵⁴ As definições primárias são as seguintes: em relação aos caracteres, selecionamos a opção “utf_8_sig - all languages”; o idioma e o dicionário escolhidos foram, naturalmente, as alternativas referentes à língua portuguesa; o marcador de texto selecionado foi o conjunto de quatro asteriscos mencionado anteriormente; a seleção das opções “Use o dicionário de expressões” e “Crie segmentos de texto” foram mantidas; o método de construção de segmentos de texto escolhido foi “ocorrências”; e, por fim, o tamanho de segmento de texto determinado foi 40. Esses caminhos nos foram instruídos por Geliski no citado minicurso sobre mineração de texto com o *IRaMuTeQ*.

⁵⁵ Para tanto, mantivemos o uso da técnica de lematização e o dicionário em língua portuguesa do próprio programa. Quanto às propriedades-chave - ou seja, a classificação da relevância das palavras de acordo com a sua classe gramatical -, marcamos como “formas ativas” as seguintes categorias: adjetivos, advérbios, “formas não reconhecidas”, substantivos comuns e suplementares, e verbos e verbos suplementares. Todas as outras foram definidas como “formas suplementares”. Nenhuma classe gramatical foi eliminada da análise. Cabe ressaltar que, como foi apontado por Camargo e Justo (2013, p. 513), o dicionário, ainda que bastante sofisticado, possui uma série de limitações. Os próprios nomes das classes não foram traduzidos, sendo apresentados em língua francesa. Essas restrições explicam, em partes, o motivo pelo qual há uma classe nomeada “formas não reconhecidas”, que foi marcada como “forma ativa” justamente para não corrermos o risco de excluir palavras que consideramos significativas da estatística textual do *corpus* referente aos comentários em questão.

vezes cada palavra foi utilizada pelos comentadores do vídeo em suas manifestações na caixa de comentários da postagem do depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra. Toda essa matemática refere-se à composição do nosso *corpus* textual - ou seja, os dados que orientam as análises processadas pelo *IRaMuTeQ*. Nesse sentido, apesar da dificuldade da leitura de informações tão precisas e complexas, elas devem estar presentes neste trabalho.

A segunda funcionalidade aplicada foi a análise de similitudes⁵⁶. A nossa leitura sobre os comentários desde o ponto de vista histórico acerca da memória debruçou-se, em especial, sobre os resultados dessa análise. O primeiro grafo produzido engloba todas as palavras sugeridas pelo programa, cujas frequências variam entre 3 (ou seja, expressões que se repetem apenas três vezes ao longo dos comentários) e 523. Há de se destacar que as formas que limitam esse recorte são as seguintes: a palavra “não”, com a maior frequência, e a palavra “ciar”, com o menor índice de reincidência⁵⁷. Abaixo, segue o grafo resultante da primeira análise de similitudes:

⁵⁶ As definições básicas selecionadas foram as mesmas das estatísticas textuais. Ver a nota 55.

⁵⁷ No que se refere às configurações gráficas, optamos pelas seguintes definições: para o escore, o indicador estatístico da análise, “cooccurrence”; para a apresentação, o algoritmo que determina a estética do grafo, “fruchterman reingold”; o tipo de gráfico escolhido foi o “statique” - ou estático -, salvo em formato .png; a seleção das opções “Árvore máxima”, “Texto sobre os vértices” e “Edge curved” - ou arestas curvas - foram mantidas - as outras, por sua vez, mantiveram-se desmarcadas; o tamanho do texto corresponde ao número 10. Quanto aos ajustes gráficos, o tamanho da imagem possui 1.000 de altura por 1.000 de largura; o tamanho do vértice proporcional à frequência mínimo é 5, e o máximo, por sua vez, é 30; o texto do vértice proporcional à frequência mínimo é 10, e o máximo, no que lhe diz respeito, é 25 (a seleção da opção “eff.” foi mantida); as bordas com largura proporcional para escore mínimas correspondem a 1, e as máximas, a 10; a escala de cinza no texto proporcional à frequência mínima é 0, e a máxima, por sua vez, é 10; a cor do vértice é vermelha, e as cores das bordas são cinzas; o tamanho do vértice corresponde a 0. Em suma, optamos pelas definições pré-determinadas pelo *software*, mas não queríamos deixar de descrever tais configurações, uma vez que a nossa intenção é, também, sugerir o uso do *IRaMuTeQ* para a comunidade de historiadores.

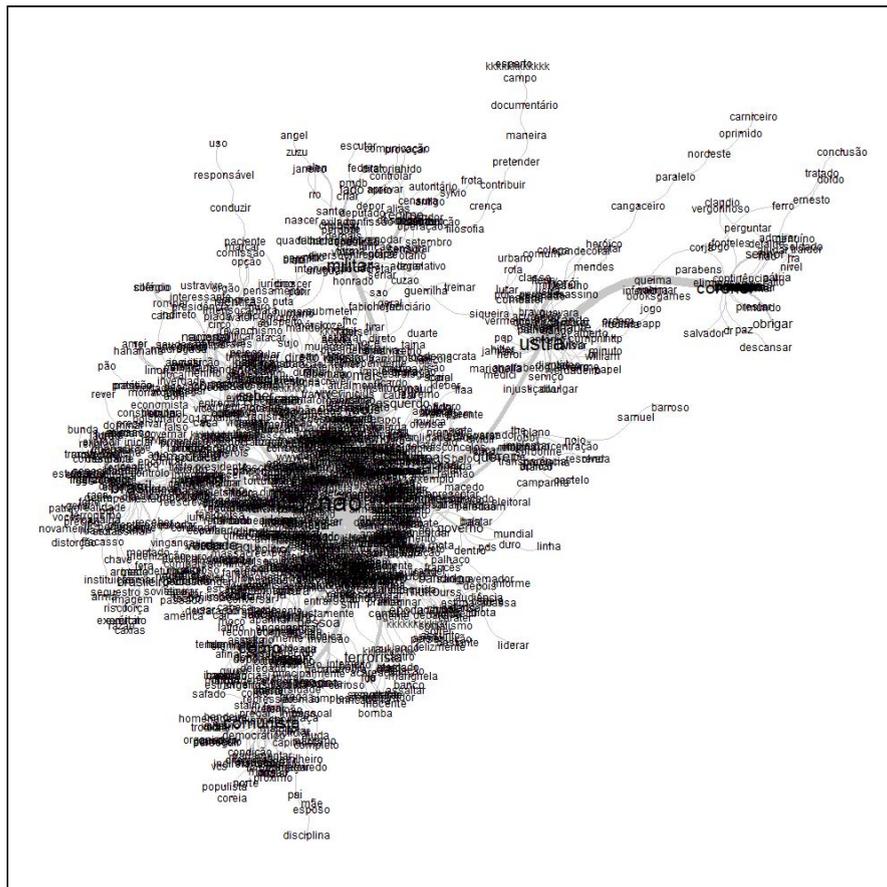


Figura 1 - Grafo resultante da análise de similitudes a partir de todas as formas disponíveis com o uso do *IRaMuTeQ*, 9 nov. 2018.

O resultado não poderia ser diferente: exatamente por termos optado pela manutenção de todas as expressões possíveis, a visualização do grafo é praticamente inviável. A imagem está poluída e esteticamente desagradável, dificultando a produção de interpretações a partir de seus dados e informações. A nossa intenção em mostrá-la no presente trabalho é tão-somente didática: como o nosso objetivo é sugerir o uso do *IRaMuTeQ* em outras pesquisas em história, é significativo demonstrar alguns dos caminhos que podem ser trilhados a partir do programa que deixam a desejar no que tange aos seus resultados. Além disso, há de se observar as possibilidades relativas aos algoritmos utilizados na determinação visual do grafo: existem cinco opções, e todas elas correspondem a formas diferentes de apresentar o resultado, variando entre um grande círculo e uma verdadeira confusão de bordas.

Em seguida, retornamos às definições do grafo a fim de obter uma imagem menos informativa para que, enfim, possa servir de base para as nossas leituras acerca da difusão da

O resultado obtido difere consideravelmente do anterior. A figura é visualmente mais polida, o que é uma qualidade bastante positiva para a interpretação dos dados. Palavras como “ustra”, “comunista”, “coronel”, “terrorista”, “militar” e “brasil” aparecem em destaque, mantendo associações que serão bastante úteis em nossa leitura do grafo desde o ponto de vista histórico sobre a memória da ditadura. A expressão “como” também é destacada, mas, pelos mesmos motivos que nos levaram a excluir o “não” no momento da produção do grafo, não será explorada em nossa análise. Optamos por mantê-la, entretanto, a fim de evidenciar um determinado resultado que não carrega informações relevantes para a pesquisa, tendo em vista que a palavra em questão está vinculada a formas que, em geral, dizem muito pouco sobre os significados da mensagem de um comentário.

Por fim, a última funcionalidade aplicada sobre o *corpus* foi a nuvem de palavras⁵⁹. Os resultados obtidos com a produção de nuvens conferem mais um complemento às análises anteriores do que propriamente novas informações sobre as quais podemos debruçar-nos. Por serem visualmente curiosas, é possível observar alguns aspectos dos comentários que não são visíveis ao observá-los logo abaixo do vídeo, em que estão dispostos de maneira organizada e ordenados de acordo com as definições do próprio *YouTube*. Uma nuvem permite-nos conhecer o peso de cada uma das expressões, dependendo do recorte selecionado, na medida em que o tamanho das palavras é relativo à sua reincidência em meio aos comentários. Quanto mais vezes for mencionada, maiores são as suas proporções na figura - e vice-versa⁶⁰. Abaixo, segue a nuvem produzida a partir do intervalo de frequências utilizado na análise de similitudes anterior:

⁵⁹ As definições básicas selecionadas continuaram as mesmas. Ver a nota 55.

⁶⁰ Quanto às configurações da nuvem de palavras, a sua altura e a sua largura correspondem a 800; o formato da imagem é .png; o número máximo de formas selecionado foi 600; o tamanho do texto varia entre 10 e 60; e as suas cores são: preto para o texto, branca para o fundo. Utilizamos apenas as chamadas “formas ativas”, determinadas nas já referidas definições básicas. Como mencionado, as expressões comportadas pela nuvem são exatamente as mesmas utilizadas na construção do grafo da segunda análise de similitudes.

desnaturalizar o seu uso e entender o seu funcionamento. Nesse sentido, esperamos que a descrição metodológica possa igualmente elucidar a trajetória da pesquisa e estimular outros investigadores a acompanhar os passos da fascinante digitalização dos estudos históricos.

3.2 O que dizem os comentários sobre a memória da ditadura civil-militar brasileira?

Antes de se dedicar à resposta da pergunta que abre este subcapítulo, há de se mencionar a emergência da memória enquanto um elemento socialmente relevante. Andreas Huyssen (2014, p. 139), professor da *Columbia University*, nos Estados Unidos, problematiza as mudanças na forma de projetar o tempo, na medida em que o futuro, o grande norte - sob a ótica ocidental - do século XX, cedeu lugar ao tempo passado, cada vez mais *presente* e reelaborado, “uma transição mais generalizada da crença dominante no futuro da modernização para um investimento muito difundido no passado”. Nesse sentido, a memória tornou-se uma dimensão fundamental dessa “virada temporal”, tendo em vista que a lembrança e o esquecimento produziram, em conjunto, determinadas narrativas sobre o acontecido. Mesmo naquilo que se refere à pesquisa acadêmica, o impacto dessa transição influenciou uma série de pontos de vista - não apenas na elaboração de seus argumentos, mas na própria intenção de tornar a memória um tópico suscetível a análises. Nas palavras de Huyssen (2014, p. 12. Grifos nossos),

já na década de 1980, surgiu outro discurso público que logo se estabeleceu como um grande foco de pesquisas e estudos políticos e culturais transnacionais: o *discurso da memória*, especialmente, mas não apenas, da memória traumática.

O presente trabalho é, em certa medida, resultado dessa influência, na medida em que aborda temáticas relativas à memória de um determinado período do passado brasileiro.

A rememoração da ditadura civil-militar brasileira também possui suas características históricas. No que se refere aos regimes de exceção que submeteram o Cone Sul ao autoritarismo, a historiadora argentina Elizabeth Jelin (2002, p. 3-5) aponta para o fato de que a memória opera desde um propósito conectado a um contexto político particular: na medida em que os países da região distanciaram-se dos anos de repressão, o passado tornou-se publicamente central e as permanências das ditaduras ganharam destaque, tendo sido exploradas não apenas com o objetivo de impedir seu retorno, mas também de projetar formas de elaborar o trauma oriundo de suas violências. No entanto, esse processo de rememoração não funciona de maneira harmônica e consensual. Jelin (2002, p. 29) argumenta que “toda narrativa sobre o passado implica uma seleção. A memória é seletiva; a memória

total é impossível”. Nesse sentido, o esquecimento, comumente associado a uma oposição à lembrança, assume a determinação dos passados que devem ser deixados de lado. O rememorado e o esquecido mantêm, pois, uma relação simbiótica: para resgatar certos momentos, pessoas e ditos, há de se olvidar outros aspectos do passado. Andreas Huyssen (2014, p. 160) exemplifica essa simbiose a partir de duas circunstâncias: na Argentina, a desarticulação de lembranças das violências perpetradas pelos grupos de guerrilheiros em prol de um “consenso nacional da memória em torno da figura vitimada dos desaparecidos”; e, na Alemanha, o esquecimento dos bombardeios sofridos pelas cidades alemãs a fim de “fazer do pleno reconhecimento do Holocausto uma parte central da história e da autocompreensão nacionais”. Ou seja, lembrar e esquecer são ações que dependem uma da outra e que operam conjuntamente.

No âmbito da Comissão Nacional da Verdade, uma política de memória voltada para investigações de violações aos direitos humanos em um dado momento do passado brasileiro, os conflitos de e pela memória da ditadura civil-militar estiveram igualmente presentes, marcando todo o processo de instalação do órgão, como exploramos no capítulo anterior. A própria Comissão é, em certa medida, resultado de embates memoriais em torno do período, na medida em que nasceu de reivindicações de familiares dos mortos e desaparecidos da ditadura, sobreviventes entre outros grupos. O seu canal do *YouTube*, no que lhe diz respeito, reproduz tais contendas, especialmente nas caixas de comentários, espaços dedicados, em geral, às manifestações dos usuários que visualizam os conteúdos publicados. Sendo assim, feitas as devidas considerações iniciais acerca da memória, podemos analisar os resultados obtidos através das funcionalidades do programa *IRaMuTeQ*. O que dizem os comentários sobre a memória da ditadura civil-militar brasileira?

Começamos pela palavra “ustra”. As seguintes formas estão associadas à expressão⁶¹: “comunista”, “coronel”, “terrorista”, “muito” (que, por sua vez, conecta-se com “ainda” e “depois”), “herói”, “brilhante”, “vivo”, “nacional”, “ficar”, “viver”, “livro” (que estabelece uma ligação específica com “ler”), “bolsonaro”, “bandido”, “grande”, “deus”, “carlos”, “lutar” e “salvar”. As três primeiras serão deixadas de lado momentaneamente, uma vez que compõem grupos de palavras específicos no grafo resultante da segunda análise de

⁶¹ As expressões foram citadas de acordo com as suas frequências, estando ordenadas de maneira decrescente. O mesmo método foi empreendido nos próximos parágrafos, nos casos em que há citações das formas em associação.

similitudes. Quanto às demais, pode-se refletir sobre os significados das ligações que estabelecem especialmente com “ustra”. Há de se ressaltar que não utilizaremos todas as palavras em nossa análise, não apenas por conta do espaço disponível para a escrita deste capítulo, mas também para que possamos atentar para questões específicas. Além disso, é necessário apontar para o fato de que os significados foram generalizados de acordo com a maioria dos comentários conectados às expressões. Todavia, as palavras são utilizadas com uma série de intenções, nem sempre aquelas que foram demonstradas neste trabalho⁶².

As formas “brilhante” e “carlos” correspondem a um elo óbvio: dizem respeito ao nome completo do ex-agente da repressão: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Palavras como “vivo” e “viver” - principalmente as expressões “viva” e “vive”, reunidas pela técnica da lematização na primeira e na segunda formas, respectivamente -, sugerem mensagens de apoio ao militar, falecido em 15 de outubro de 2015, pouco mais de dois anos após a publicação do vídeo em questão. Frases como “Ustra vive” ou “viva Ustra” são bastante comuns em meio aos comentários, e são reproduzidas, inclusive, em camisetas, como abordamos na introdução deste trabalho. De acordo com a professora Caroline Silveira Bauer (2016, p. 134-135), em um protesto contra a pichação das palavras “Ustra vive” nos portões do Restaurante Universitário (RU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no dia 28 de abril de 2016, o militar

vive na memória e na pele das suas vítimas que não conseguiram vê-lo responsabilizado penalmente por seus inúmeros crimes, ou seja, vive na impunidade; vive em uma memória apologética da ditadura civil-militar, ou seja, nesta justificativa da utilização da tortura; vive nesta legitimidade do extermínio, desde que o exterminado seja o outro; vive neste senso comum que acredita que direitos humanos só protegem bandidos.

São, portanto, maneiras de manifestar a permanência (ou o seu desejo) de uma determinada figura no presente, bem como uma defesa de seus feitos passados desde a atualidade. É uma frase possível graças às lacunas do processo de transição democrática brasileiro, que garantiu a anistia aos ex-agentes da repressão da ditadura civil-militar.

Quanto à expressão “nacional”, a ideia de Ustra como um “herói nacional” e menções à própria Comissão conformam a maioria dos comentários que utilizam a palavra. O pretense heroísmo do ex-agente da repressão está conectado com a narrativa de que o Brasil teria sido

⁶² Em meio às estatísticas textuais, o *IRaMuTeQ* permite, através de um clique duplo nas palavras classificadas como “formas ativas” ou “formas suplementares”, a visualização de cada um dos comentários em que foram utilizadas, o que permitiu, a partir da leitura dessas manifestações, a generalização de seus contextos de uso. Trata-se de uma funcionalidade chamada “Concordância”.

salvo de um projeto de dominação comunista, um argumento comum entre os depoimentos dos próprios militares. Esse plano, por sua vez, teria sido ignorado pela Comissão Nacional da Verdade, colocando suas intenções sob suspeita. Nesse sentido, muitos comentários ironizam o nome do órgão, rebatizando-o como “Comissão Nacional da Mentira”. A chamada “teoria dos dois demônios” atravessa essa lógica, na medida em que são estabelecidos os dois lados de um confronto - e os comissionados teriam deixado de ouvir o que um desses grupos tem a dizer. Seus fundamentos foram explorados no segundo capítulo, e voltaremos à questão posteriormente.

Já as palavras “livro” e “ler” são mencionadas em comentários que abordam a publicação *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*, de Ustra (2006), bem como discussões em torno das informações contidas em livros de história, sejam eles didáticos ou obras acadêmicas. A referida publicação é citada pelos usuários como uma fonte imprescindível para o aprendizado da ditadura civil-militar, supostamente dotada de informações livres de um apego político-partidário. Além disso, no caso dos livros de história, desafios como o projeto “Escola sem Partido” e seus desdobramentos sociais, que, sob o pretexto de combater aquilo que seus idealizadores chamam de “doutrinação ideológica”, promove a perseguição de professores da educação básica, alimentam um contexto de desconfiança em relação aos historiadores, injustamente associados a um pretense plano de manipulação política empregado em salas de aula. Uma das críticas ao projeto é relacionada ao ensino da história da ditadura, que poderia ser desautorizado pelas suas cláusulas - e, inclusive, impossibilitado, uma vez que contraria os preceitos do “Escola sem Partido”⁶³.

As expressões “herói”, “grande”, “lutar” e “salvar” giram em torno, na grande maioria das menções, da ideia de que o ex-coronel e o Exército Brasileiro teriam sido responsáveis pelo impedimento de uma suposta ameaça comunista sobre o país. “Salvar”, em certos comentários, aparece como “salve”, num contexto semelhante ao abordado anteriormente. É exatamente o argumento fabricado pelos articuladores do golpe civil-militar de 1964 a fim de justificar a sua organização e a deposição do então presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os militares são elevados à qualidade de “guerreiros”, sempre apostos para defender o Brasil. A lógica belicista é corroborada pelo próprio Ustra, que

⁶³ Para aprofundar os temas referentes ao projeto em questão, recomendamos a leitura da coletânea organizada pela Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (2016).

enuncia uma narrativa de guerra em seu depoimento no âmbito da Comissão Nacional da Verdade. Nesse sentido, a palavra “bandido” é não apenas associada àqueles que negam a pretensa “verdade” sobre o passado em questão, sejam eles políticos progressistas ou militantes de partidos de esquerda, mas também é utilizada em referência aos membros dos grupos armados de luta contra a ditadura civil-militar.

Por fim, a forma “bolsonaro”, que diz respeito ao presidente eleito Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), indica o impacto da homenagem prestada a Ustra pelo parlamentar na ocasião da votação do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), na Câmara dos Deputados, em 17 de abril de 2016. Alguns usuários manifestaram, inclusive, o fato de que a polêmica ocorrida na sessão levou-os até o vídeo relativo à tomada pública do depoimento do ex-agente da repressão⁶⁴. Além disso, o uso da palavra “bolsonaro” evidencia flexões entre o passado e o tempo presente, na medida em que, para Andreas Huyssen (2014, p. 192), “o passado é sempre reinterpretado pelo vértice dos conflitos atuais”. Em outras palavras, ainda que o exercício de lembrança e esquecimento signifique um impacto do passado sobre o presente, há de se ressaltar que o acontecido é rememorado *a partir* do agora. É uma colisão dupla: o passado povoa o presente, o presente confere um determinado sentido ao passado. A ditadura civil-militar, pois, é observada através da conjuntura política da atualidade, que passa a determinar o entedimento do período.

Seguindo adiante, a palavra “coronel”, que também faz parte de um universo de expressões em específico, associa-se com as seguintes formas (fora a palavra “ustra”): “ao”, “parabéns”, “obrigar” e “senhor”. A expressão “parabéns” conta com o significado mais evidente: felicitar Ustra por sua fala, marcada pela ideia do cumprimento de uma missão cívica, exatamente de acordo com a dita narrativa de guerra mencionada anteriormente, e pelos serviços prestados na suposta salvaguarda da democracia brasileira. A palavra “obrigar” reúne outras formas pela técnica da lematização, como “obrigado”, cujos sentidos caminham na mesma direção das felicitações e agradecimentos. O ex-coronel é parabenizado das mais

⁶⁴ De acordo com Caroline Silveira Bauer (2018, p. 200. Grifos originais), “para medir o impacto da fala de Bolsonaro, basta consultar o *Google Trends*: pesquisas por ‘Brilhante Ustra’ no Google tiveram um aumento exponencial junto com outros termos correlatos, e o verbete ‘Carlos Alberto Brilhante Ustra’ na *Wikipédia* teve 196.503 visualizações em 24 horas, sendo editado 90 vezes por 47 pessoas diferentes no mesmo período. O vídeo com o voto de Bolsonaro pode ser encontrado em diferentes canais - uma busca por ‘Bolsonaro’ e ‘Ustra’ retornou mais de 9 mil resultados - sendo que um deles possui mais de 190 mil visualizações. Inúmeras *hashtags* foram criadas, difundindo a manifestação e seu conteúdo”.

diferentes formas em meio aos comentários, mas há um ponto em comum entre essas manifestações: assim como no caso da frase “Ustra vive” e suas variáveis, a exaltação dessa figura é um meio de reabilitá-la no presente.

A palavra “terrorista”, que igualmente compõe um grupo de expressões particular, está associada com as seguintes formas (além, é claro, de “ustrá”): “porque”, “guerra”, “dílma” (que estabelece uma conexão específica com “lula”), “morrer”, “filho” e “combate” (ligada, por sua vez, a “morto”, que ainda está conectada a “preso”). “Guerra” exprime a narrativa belicista já explorada neste trabalho. A frase “guerra é guerra” é comum em meio aos comentários que mencionam a expressão, servindo como justificativa para os assassinatos empreendidos em nome do Estado brasileiro pela ditadura civil-militar. Sendo um confronto de caráter bélico, naturalmente houve mortos. Essa narrativa pode ser entendida enquanto um desdobramento da citada “teoria dos dois demônios”, que, à maneira de Andreas Huyssen (2014, p. 162), opõe “os grupos terroristas da direita radical e o terrorismo da guerrilha urbana de esquerda, [...] ambos [...] tidos como igualmente responsáveis por desencadear o golpe militar”. No entanto, estabelece-se uma motivação para as ações do primeiro grupo, na medida em que o segundo deveria ser barrado a qualquer custo - inclusive custos humanos.

As menções de “dílma” e “lula” - ou seja, os ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), que estiveram intimamente ligados a importantes eventos da ditadura brasileira, caminham no mesmo sentido da rememoração do passado a partir do presente, abordada anteriormente. Dilma e Lula são enquadrados no dito “terrorismo da guerrilha urbana de esquerda” em um reforço da “teoria dos dois demônios”: grande parte das manifestações giram em torno da pretensa parcialidade da Comissão Nacional da Verdade, na medida em que o órgão absteve-se de investigar e julgar os crimes supostamente praticados pelos ex-presidentes ao longo de sua militância política durante a ditadura. No que tange à concessão de sentido pelo tempo presente ao passado, os governos dos ex-presidentes e suas medidas são enunciados como “provas” de que os agentes da repressão - Ustra, em especial - agiram em defesa de valores democráticos durante o período em questão. Nesse sentido, discordâncias político-partidárias da atualidade, como a oposição ao petismo, são projetadas para os anos ditatoriais, conferindo-lhe uma determinada explicação.

A palavra “combate” - muitas vezes associada a variáveis da frase “mortos em combate” - retoma a narrativa de guerra em torno da ditadura civil-militar brasileira. Nesse

seguimento, os agentes da repressão tornam-se combatentes, e as vítimas das violências do período, por sua vez, tornam-se os indivíduos a serem combatidos. A lógica do “combate” confere uma explicação pré-determinada aos objetivos investigativos da Comissão Nacional da Verdade: em realidade, não haveria motivo em apurar os fatos que determinaram a morte de pessoas engajadas na oposição à ditadura - foram todas “mortas em combate”, expressões que lhes impõem a culpa pelo próprio assassinato. O argumento incide sobre as noções de vítima, na medida em que são descaracterizadas em favor de uma justificativa que naturaliza as políticas de extermínio empregadas pela ditadura.

A expressão “comissão”, no que lhe diz respeito, igualmente constitui um grupo em particular, associando-se com as seguintes palavras (salvo a forma “ustra”): “verdade” (que ainda estabelece uma conexão com “esquerdista”), “nacional” (uma ligação em comum com “ustra”) e “mentira”. A evidente oposição semântica entre as duas primeiras exprime uma constante em meio aos comentários: o embate em torno do que é verdadeiro e do que é falso sobre a ditadura civil-militar no Brasil. Nesse sentido, a maioria das manifestações compartilha da mesma percepção: o homem que fala no vídeo enuncia “a verdade” acerca do período, e os comissionados, sentados à esquerda de Ustra em uma mesa elevada, atuam no sentido de interceptar os fatos, e, supostamente dotados de um ímpeto político-partidário, de manipular uma determinada narrativa sobre a ditadura em favor de seus interesses. Segundo as historiadoras Maud Chirio e Mariana Joffily (2016, p. 28),

para os ex-agentes da repressão, a CNV não era um espaço legítimo para acolher sua voz, motivo pelo qual seu comparecimento nunca foi tido como uma ocasião para emitir suas recordações, mas como uma exposição pública que sugeria sua culpabilidade.

Em outras palavras, a tomada pública dos depoimentos de militares envolvidos no golpe de 1964 é deslegitimada pelos mesmos, comportamento que se reproduz nos comentários. Não à toa, expressões como “Comissão Nacional da Mentira” ou tão-somente “Comissão da Mentira” são comuns em meio ao *corpus* textual, uma vez que o órgão é compreendido como um artifício de falsificação da “verdadeira” história do período, um artifício pretensamente controlado por “esquerdistas” - ou seja, aqueles supostamente interessados em deturpá-la.

A última palavra conectada à forma “ustra” é “comunista”, que não apenas estabelece um grupo de associações particular, mas também está ligada a outras expressões que também compõem universos em específico, como são os casos de “brasil” e “como”. A primeira será analisada posteriormente, e a segunda, por sua vez, será deixada de lado por conta dos

motivos explicados no subcapítulo anterior. As demais palavras associadas à forma “comunista” são as seguintes (fora, também, a palavra “ustra”): “país”, “aqui”, “história”, “matar”, “existir”, “homem”, “torturar”, “nada” e “agora”. Há de se destacar que “país” e “história”, bem como “matar” e “torturar”, conformam conexões próprias. Praticamente todas são utilizadas em contextos bastante diferentes, fator que dificulta a generalização do sentido da associação entre as expressões. Entretanto, alguns usos, ainda que não majoritários, são comuns e bastante profícuos para a nossa análise. No caso de “aqui”, por exemplo, há alguns comentários que mencionam frases como “Bolsonaro me trouxe aqui”, numa alusão à homenagem prestada pelo parlamentar a Carlos Alberto Brilhante Ustra na sessão de votação do *impeachment* de Dilma Rousseff. Como apontamos anteriormente, a sua fala teve um impacto notável nas redes.

A palavra “história”, por sua vez, aparece em manifestações que operam de maneira semelhante às expressões exploradas previamente: para vários dos comentaristas, há uma determinada verdade sobre o passado brasileiro que deve ser defendida de manipulações de cunho político-partidário. Nesse sentido, “matar” é uma ação em disputa: há algumas poucas menções às violências perpetradas pela ditadura civil-militar, mas muitas outras ponderações sobre o comportamento dos ditos “comunistas”. Nesse sentido, novamente justificam a repressão ditatorial: se os guerrilheiros matavam, a reação inevitavelmente seria a morte. O mesmo raciocínio vale para as menções à expressão “torturar”. Essa é a lógica que prepondera em meio aos comentários, um argumento cujas intenções visam, entre outros objetivos, a desautorização da Comissão Nacional da Verdade.

A forma “brasil”, no que lhe diz respeito, associa-se, além de “comunista”, à expressão “militar”, que compõe um grupo de palavras em especial, motivo pelo qual será analisada posteriormente. As demais associações de “brasil” são as seguintes: “hoje” (que, por sua vez, ainda estabelece ligações com “até” e “dia”), “brasileiro”, “comunismo”, “tudo”, “governo”, “povo”, “cuba”, “ano”, “deixar”, “presidente”, “pt”, “implantar” e “nação”. “Hoje” é utilizada em uma grande variedade de sentidos, praticamente todos com um nexo em comum: expor supostas continuidades entre o período da ditadura e a atualidade. Muitas manifestações defendem a ideia de que os guerrilheiros do passado governam o país no presente, motivo pelo qual, seguindo a lógica abordada anteriormente, deveriam ter sido eliminados pelos agentes da repressão de maneira “preventiva”. Novamente, o tempo presente confere um sentido ao acontecido - o passado justifica-se pelo presente. As menções

às palavras “comunismo” e “cuba” seguem a mesma linha de raciocínio: se não fosse pelo golpe civil-militar, o Brasil seria, hoje, um país socialista. Nesse sentido, a forma “pt”, que diz respeito ao Partido dos Trabalhadores (PT), é mencionada em meio aos comentários em referência ao grupo político que governou o país entre os anos de 2003 e 2016, que teria sido supostamente responsável por uma tentativa de implantação do comunismo no Brasil. Mais uma vez, o presente é uma lente com a qual o passado é observado - e é válido ressaltar a alta frequência desse tipo de relação entre as manifestações. O anticomunismo, dimensão significativa do processo de instalação da ditadura civil-militar brasileira, associa-se ao antipetismo, a oposição ferrenha - e, em certos aspectos, odiosa - ao referido partido: ambos parecem formar as bases da elaboração da memória da ditadura na internet, especialmente em meio à caixa de comentários do vídeo em questão.

Finalmente, as últimas conexões a serem analisadas são relativas à palavra “militar”, que não apenas está ligada à forma “brasil”, mas também constitui um grupo de expressões bastante denso: “mais” (que, por sua vez, estabelece associações com as palavras “vc” e “nunca”), “só”, “ditadura”, “mesmo”, “regime”, “esquerdo”, “bem”, “democracia”, “dar”, “defender”, “tortura”, “coisa”, “lado”, “nao”, “época”, “também” e “fato”. Os sentidos da expressão “ditadura” estão em disputa em meio aos comentários: a ditadura, de acordo com a lógica corrente entre as manifestações, era o que desejavam os guerrilheiros da luta armada; os militares, portanto, não eram ditadores, mas supostamente protegiam o país de um governo comunista. Uma grande parte das menções à palavra “ditadura”, nesse sentido, referem-se não ao período da história brasileira compreendido entre os anos de 1964 e 1985, mas à pretensa tentativa de instalação de uma “ditadura do proletariado” no país. É uma forma de inverter a compreensão dos anos de repressão: a defesa da ditadura é imposta àqueles que, em realidade, se organizaram para combatê-la, e a salvaguarda dos valores democráticos, por sua vez, tornam-se responsabilidade daqueles que, na verdade, atuaram contra a sua existência - uma lógica que também se reproduz em uma série de comentários em que as palavras “democracia” e “defender” são mencionadas. Nesse seguimento, o uso da expressão “regime” na caracterização da ditadura civil-militar, palavra comum em meio ao *corpus*, é insatisfatório no que tange à descrição das violências perpetradas ao longo do período⁶⁵.

⁶⁵ O texto do historiador Tiago Monteiro (2016) publicado no portal *História da Ditadura* explora em detalhes as divergências teóricas entre os termos “ditadura” e “regime”, bem como as implicações em tratar o referido período da história brasileira como um “regime militar”.

A palavra “lado” é utilizada majoritariamente em manifestações fundamentadas na já explorada “teoria dos dois demônios”. Uma grande parte dos usuários exige a escuta do “outro lado”, supostamente ignorado pela Comissão Nacional da Verdade em suas atividades. Nesse sentido, pensam que a investigação em torno das violações aos direitos humanos perpetradas ao longo dos anos de ditadura civil-militar deveria incorporar não apenas os ex-agentes da repressão, mas aqueles que se mobilizaram na luta armada contra o autoritarismo. Sobre a seletividade da memória, Huysen (2014, p. 181) argumenta que “a memória é sempre o passado presente, o passado comemorado e produzido no presente, que inclui, de forma invariável, pontos cegos e evasões. A memória, portanto, nunca é neutra”. Ou seja, a determinação dos enfoques sobre os quais os membros da Comissão Nacional da Verdade debruçaram-se em seus trabalhos investigativos inevitavelmente faria parte do funcionamento do órgão. Em termos existenciais, uma política de memória necessita ser, também, uma “política de esquecimento” (GROPPO, 2002, p. 193).

A interpretação dos dados resultantes das análises de similitudes poderia tomar uma variedade bastante diferenciada de caminhos. Vale resgatar o fato de que optamos por deixar de lado algumas expressões, tanto na definição das preferências gramaticais, quanto no próprio exercício de leitura dos sentidos que as palavras estabelecem entre si do ponto de vista da memória da ditadura civil-militar brasileira. Além disso, também optamos por não utilizar várias das funcionalidades disponibilizadas pelo *IRaMuTeQ*, não apenas por conta do espaço à disposição para a escrita deste trabalho, mas igualmente a fim de priorizar determinadas funções do programa. Em suma, os resultados obtidos estão sujeitos às escolhas feitas ao longo da pesquisa, que determinaram os recortes de nossas observações.

No entanto, ainda que pudessem ser diferentes, a análise dos dados permitiu-nos observar algumas das formas de elaboração da memória da ditadura civil-militar na internet. Sobre certas visões em torno do período, o historiador Mateus Henrique de Faria Pereira (2015, p. 874) pergunta-se: “ainda que se possam refutar certas abordagens factuais dos discursos revisionistas e negacionistas, é possível desconstruí-los e bloqueá-los por completo? Qual o lugar da historiografia nesse processo? Mediar e qualificar?”. Nesse sentido, prezando pela reafirmação dos valores democráticos e seu caráter universal, ao invés de propor o apontamento de cada uma das inverdades propagadas pelo discurso da negação (o que, em tese, reforçaria a função disciplinar da história), o autor sugere a produção de interpretações construtivas a fim de desmobilizar os argumentos baseados em perspectivas

negacionistas (PEREIRA, 2015, p. 881). A historiadora Caroline Silveira Bauer (2018, p, 202), por sua vez, aponta para o fato de que “muitas discussões nos espaços públicos - incluindo a Internet - são realizadas a partir de uma lógica binária e opinativa sobre a ditadura: ou se é a favor, ou se é contra”. Nesse seguimento, a autora propõe uma intervenção semelhante: questionar o passado recente brasileiro de maneira sofisticada e problematizar com maior profundidade seus feitos e efeitos. São recomendações como essas que, em certa medida, estiveram em nosso horizonte ao longo da escrita do presente capítulo, motivo pelo qual procuramos não avaliar factualmente cada uma das manifestações lidas, mas observar criticamente os seus significados.

Em resumo, os comentários evocam relações conflituosas entre os exercícios de lembrança e de esquecimento no que tange aos traumas históricos - isto é, à maneira de Andreas Huyssen (2014, p. 182), “conflitos entre campos de memória rivais que tentam eliminar ou, pelo menos, bloquear um ao outro”. Em meio às contendas, percebe-se a formação de grupos em torno de determinadas visões sobre a ditadura civil-militar brasileira, que operam como verdadeiras “comunidades de memórias”, que, de acordo com Bauer (2018, p, 199. Grifos originais), são

caracterizados por uma retórica marcada por distorções e idealismos, discursos [que] não necessariamente *negam* ou *revisam* a ditadura, mas procuram justificar e legitimar suas práticas, principalmente, pela crença na efetividade do terrorismo de Estado.

Nesse sentido, os significados e sentidos mobilizados pelos comentários publicados no vídeo referente à tomada pública do depoimento de Carlos Alberto Brilhante Ustra no âmbito da Comissão Nacional da Verdade não apenas disputam as dimensões da memória acerca da ditadura, mas também reforçam os valores do próprio período, na medida em que reabilitam visões de mundo autoritárias e revelam apreço pelas violências do passado e do presente.

Andreas Huyssen (2000, p. 67. Grifos originais) defende a ideia de que o universo eletrônico, exatamente por conta de sua capacidade impressionante de armazenamento de informações, conta com uma parcela de responsabilidade pelos riscos do esquecimento, na medida em que, à sua maneira,

numa época em que a noção de memória se transferiu para o domínio dos *chips* de silício, dos computadores e das histórias de ficção científica sobre *cyborgs*, os críticos lamentam rotineiramente a entropia da memória histórica, definindo a amnésia como perigoso vírus cultural criado pelas novas tecnologias de mídia.

No entanto, o que observamos nas caixas de comentários do canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade, especialmente no vídeo em questão, é um intenso desejo de discutir e enunciar perspectivas sobre o passado recente brasileiro - e mesmo sobre o tempo presente, na medida em que, em muitas ocasiões, este confere sentido ao acontecido.

Em uma crítica às considerações sobre o Brasil ser um país “desmemoriado” - isto é, dotado de uma cultura memorial frágil e pouco significativa -, Bauer (2017, p. 232) aponta para o fato de que “existem múltiplas memórias e representações sobre a ditadura, e os conflitos entre culturas históricas e cronosofias tornam-se explícitos quando algum tema relativo ao período é discutido no espaço público”. A comunidade de historiadores, portanto, deve manter-se atenta à formação de “comunidades de memória”, às suas formas de organização e mobilização e ao seu impacto sobre os debates públicos. A título de finalização deste trabalho, o capítulo seguinte versa exatamente sobre essas problemáticas: como e por que *publicizar* a história?

4 Publicizar a história

No último capítulo deste trabalho, pretende-se explorar a relação entre a história e a internet do ponto de vista da História Pública, traçando um panorama geral, ainda que limitado, sobre a produção em torno desse campo no Brasil, e retomando as problematizações acerca das características da construção do conhecimento histórico no espaço digital, especialmente nas redes sociais. Por fim, refletir-se-á sobre a possibilidade de intervenção dos historiadores no *YouTube*, utilizando o canal da Comissão Nacional da Verdade como ponto de observação principal.

4.1 Notas sobre a História Pública no Brasil

O campo⁶⁶ de estudos relativo à História Pública ainda dá seus primeiros passos no Brasil. Não por conta da qualidade supostamente embrionária dos debates que o orbitam, mas, em especial, devido à incipiência de sua própria inauguração. No ano de 2011, há aproximadamente sete anos do momento da escrita deste trabalho, acontecia o primeiro evento acadêmico em menção ao tema no país. A eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, a expansão do ensino universitário e mesmo a instalação da Comissão Nacional da Verdade são alguns dos fatores que marcaram o contexto de florescimento da História Pública brasileira - um verdadeiro “tempo de aberturas”, à maneira de Ricardo Santhiago (2018, p. 325). A Universidade de São Paulo (USP) sediou um curso introdutório voltado para debates referentes à difusão do conhecimento histórico em determinados veículos de comunicação - como a televisão, central para a dita “escrita videográfica da história” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 11). Apesar da expectativa inicial baixa, o curso contou com 120 pessoas inscritas e 109 em lista de espera para participação (SANTHIAGO, 2016, p. 26). Na ocasião, as organizadoras produziram a primeira coletânea de artigos relacionados às problemáticas da História Pública do país: trata-se do livro *Introdução à História Pública*, das historiadoras Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2011).

Em um dos principais textos da obra, a historiadora britânica Jill Liddington (2011) apresenta as características e as definições da chamada “História Pública”, traçando um

⁶⁶ A noção de “campo” está amparada na seguinte observação de Ricardo Santhiago (2016, p. 26): “não um novo campo disciplinar, com método e objeto próprios (embora [...] há quem defenda essa perspectiva), mas um espaço de debates; uma estrutura mínima que permita a existência desse debate, através de produções concretas como eventos, publicações, listas de contatos; isso além de um esforço de divulgação e discussão, insistente e talvez errante”.

panorama sobre os significados atribuídos ao campo nos Estados Unidos, na Austrália e na Inglaterra, cada país com suas especificidades no que tange à produção ou à sua prática. Explora as diversas manifestações de determinadas visões de passado no espaço público, como exposições museológicas, filmes e séries de televisão⁶⁷. Tendo em vista o sucesso dessas iniciativas, alerta para o fato de que o contato com o passado tornou-se cada vez mais plausível, inclusive, referindo-se à rede mundial de computadores, através do singelo clique em um *mouse* (LIDDINGTON, 2011, p. 31-32). Para a autora, o grande trunfo prático da História Pública é justamente o enfoque dedicado à audiência das produções históricas. Em suas palavras, “os historiadores públicos [...] têm consciência da audiência e provavelmente, desde o início de uma ideia ou projeto, buscam estar atentos a leitores e audiências ampliados, visando aumentar o *acesso* público ao passado” (LIDDINGTON, 2010, p. 47. Grifo original). Nesse sentido, resguardadas as diferenciações relativas aos espaços nacionais de debate em torno da História Pública, a questão do *acesso* é fundamental no que se refere ao campo, uma vez que diz respeito à amplitude com que se propaga o conhecimento histórico para além de seu centro de produção. Em relação ao referido evento de 2011, Santhiago (2016, p. 26. Grifo original) aponta para o fato de que, em meio à diversidade de perspectivas sobre a História Pública, a preferência era “uma história feita *para* o público, que focaliza a ampliação das audiências”.

Entre o citado curso introdutório e a publicação da obra *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*, organizada pelos historiadores Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago (2016), a segunda coletânea de artigos em torno do campo em questão lançada no país, fundou-se a Rede Brasileira de História Pública (RBHP)⁶⁸. A organização foi responsável pela construção do primeiro e do segundo simpósios internacionais de História Pública, recebidos, respectivamente, pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Os trabalhos e as atividades decorrentes desses eventos fundamentaram as reflexões propostas na referida obra, um marco

⁶⁷ A autora menciona seriados de ampla circulação, como *The 1940s House*, lançada em 2002, e o documentário *Band of Brothers*, transmitido no ano de 2001. No Brasil, a exemplo da proposta de Liddington, podemos citar a minissérie *Anos Rebeldes*, produzida pela Rede Globo em 1992, drama que abordava temas relativos à ditadura civil-militar brasileira.

⁶⁸ De acordo com a sua página na internet, “a Rede Brasileira de História Pública foi criada em torno do interesse comum de pesquisadores, profissionais, professores e estudantes interessados em refletir sobre a história pública, suas potencialidades e desafios, bem como de estimular a prática de produção do conhecimento histórico dirigido a diferentes públicos, com um enfoque interdisciplinar”. Disponível em: <<https://goo.gl/URsvhd>>. Acesso em: 30 set. 2018.

importante em relação à consolidação da História Pública no Brasil que oferece significativas “contribuições aos debates sobre a história feita *para, com e pelo* público” (ALMEIDA; MAUAD; SANTHIAGO, 2016, p. 12. Grifos originais).

Nessa segunda coletânea de artigos, superando a centralidade do *para o público* em voga nos primeiros anos de vida do campo em questão no Brasil, Ricardo Santhiago (2016, p. 28. Grifos originais) destaca

a história feita *com* o público (uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central); a história feita *pelo* público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e *história e público* (que abarcaria a reflexividade e autorreflexividade do campo).

A emergência de novas expressões - *com, pelo, e* - denota um aprofundamento das discussões em História Pública em comparação às problemáticas inicialmente exploradas. A ânsia de *transmitir* o conhecimento histórico dá lugar à possibilidade de *desnaturalizá-lo* e de construí-lo em conjunto. Nesse sentido, no posfácio da obra *História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado*, de Juniele Rabêlo de Almeida e Sônia Meneses (2018), a historiadora Ana Maria Mauad (2018, p. 227-235) relembra a atuação do Grêmio Recreativo Escola de Samba Paraíso do Tuiuti no carnaval de 2018, quando a agremiação colocou “manifestoches”, carteiras de trabalho em decomposição e um vampiro-presidente para desfilar no Sambódromo da Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro, ao som de um samba-enredo que resgatava as mazelas da escravidão oitocentista⁶⁹. A apresentação levou o passado brasileiro ao centro do espetáculo, e, em uma “atitude historiadora”, à maneira de Mauad (2018, p. 228), denunciou os retrocessos sofridos no país em seu presente. Para a autora, o desfile pode ser compreendido como uma experiência de História Pública, tendo em vista que, para além de narrar a história *para* o grande público - na medida em que “dominou as rodas de conversa, as redes sociais e [...] a primeira posição dos tópicos mais comentados do Twitter” (MAUAD, 2018, p. 231) -, a Paraíso da Tuiuti possibilitou a construção de uma narrativa *com e pelo* público, uma vez que seus próprios integrantes faziam parte dos grupos sociais que sofreram as violências do passado e ainda sentem na pele seus efeitos no tempo presente.

⁶⁹ Cláudio Russo, Aníbal, Jurandir, Moacyr Luz e Dona Zezé foram os compositores responsáveis pelo arranjo, intitulado “Meu Deus, Meu Deus, está extinta a escravidão?”. Os referidos “manifestoches”, uma fusão das palavras “manifestantes” e “fantoques”, faziam menção aos ativistas pró-*impeachment* de Dilma Rousseff (PT); as carteiras de trabalho representavam os riscos das reformas propostas pelo governo de Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), empossado após a deposição da ex-presidenta, e que, por sua vez, foi interpretado pelo professor de História Léo Moraes na figura do vampiro-presidente. A apresentação contou com outros símbolos icônicos, que também são analisados por Ana Maria Mauad (2018, p. 227-235).

Em um outro texto da coletânea, assinado pela historiadora Renata Schittino (2016, p. 45), argumenta-se em favor de uma perspectiva por meio da qual a ciência histórica deixa de “encarna[r] a posição de juiz do passado, não aparece como farol de luz mediante uma incompreensão do mundo, e não toma para si a tarefa de desenvolver a consciência histórica levando conhecimento ao público leigo”, na medida em que “a questão da história pública é menos uma questão de fronteira [...] e mais uma possibilidade de olharmos para os lados, para cima, para baixo e assumirmos esse mundo comum como um diálogo possível”. A autora segue igualmente na linha de expandir o repertório da História Pública além do *para*, projetando o campo desde uma perspectiva dialógica e bilateral.

Os principais apontamentos da História Pública no Brasil, portanto, dizem respeito à orientação das produções históricas na direção de grandes públicos, bem como a incorporação dessa audiência no próprio processo de elaboração de narrativas sobre o passado. O campo em questão coloca a comunidade de historiadores diante de problemáticas complexas que demandam formas diferenciadas de atuação e mesmo a superação de condutas herméticas tradicionalmente assentadas na disciplina da história. Nesse sentido, há de se questionar: quem são os públicos da história no espaço digital? Nos limites do objeto desta pesquisa, de que formas o canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade aproxima-se ou distancia-se das propostas exploradas anteriormente? Por tratar de divulgar informações sobre a história da ditadura civil-militar brasileira, é possível observá-lo como uma iniciativa de História Pública? Na medida em que, como analisamos anteriormente, as caixas de comentários em seus vídeos são povoadas por usuários manifestando determinadas visões de memória acerca desse período - que nem sempre acompanham harmonicamente as narrativas produzidas no âmbito acadêmico -, podemos projetar a dita perspectiva dialógica e bilateral pelo campo em questão?

4.2 Os historiadores devem intervir com, pelo e no *YouTube*?

A pergunta exposta no título deste subcapítulo presume que a autoridade acadêmica da comunidade de historiadores acompanhe o seu *login* na rede mundial de computadores, tendo em vista a proposta de que a intervenção em manifestações sobre a história da ditadura, por exemplo, seja mais um compromisso *profissional* dos historiadores. A questão, portanto, pode ser desdobrada em um ponto de interrogação complementar: a formação e os títulos universitários produzem impacto sobre os debates *online*? De acordo com Bruno Leal Pastor

de Carvalho (2018), a grande produção de conteúdos no universo digital coloca o historiador diante de um problema relativo à sua própria autoridade, que, assegurada em meio aos limites das universidades, especialmente entre seus pares, pode ser posta em dúvida na internet. Há de se ressaltar, no entanto, que “ela tem sido eclipsada por uma multiplicidade de discursos que, até então, tinham ocupado um papel muito marginal no campo de disputas pelo passado” (CARVALHO, 2018, p. 171). Nesse sentido, as incertezas que orbitam a sua postura disciplinada já figuram no horizonte dos historiadores desde as reformulações teóricas que pautaram o ingresso de vozes outras no seio daquilo que se acreditava ser o conhecimento histórico *legítimo*, ao menos desde um ponto de vista majoritariamente branco e ocidental⁷⁰. Ou seja, não responsabiliza propriamente o mundo digital pelo enturvar dessa autoridade, ainda que enfatize a afirmação de que “no ‘mundo digital’ esta autoridade está fragmentada” (CARVALHO, 2018, p. 173).

Nas palavras de Valdei Lopes de Araujo (2017, p. 194. Grifos originais),

nas redes sociais o historiador ficou mais exposto. Assim como os demais especialistas; precisa negociar sua autoridade em outros espaços que não aqueles academicamente controlados. No *Facebook*, *Twitter*, *Youtube*, *blogs*, dentre outras *medias*, esse espaço de indiferenciação discursiva se alarga. Nele, o historiador fala, ao mesmo tempo, como cidadão, especialista e panfletário (militante partidário), sem os protocolos e códigos internos que o discurso disciplinar produziu para diferenciar e autorizar o seu "discurso".

A ideia de um *desamparo* expressa um certo imobilismo por parte da própria comunidade de historiadores no que se refere à incorporação de ferramentas e dispositivos digitais em suas pesquisas e demais atividades profissionais, na medida em que a velocidade do fluxo de informações na rede mundial de computadores e o grande número de vozes enunciando determinadas perspectivas sobre história, muitas vezes distantes daquelas elaboradas nas universidades, não condizem com “os protocolos e códigos internos” da disciplina, à maneira do autor. Nesse sentido, Carvalho (2018, p. 174) defende a construção de uma “História 2.0” - ou seja, uma história capaz de realizar de vez o seu *login* na internet e de ampliar suas fronteiras.

No que tange às discussões em torno da autoridade da disciplina e de seus

⁷⁰ De acordo com Valdei Lopes de Araujo (2017, p. 193), “em nossos espaços universitários, observamos um movimento crescente de questionamento de programas e bibliografias supostamente indiferentes às novas demandas dos coletivos sociais que reivindicam que suas questões, seus saberes, epistemologias e presenças sejam reconhecidos nos currículos, programas e salas de aula. As questões de raça, gênero e sexualidade não são apenas novos temas ou problemas que poderiam ser simplesmente incorporados, os seus sujeitos reivindicam novas epistemologias, novas disciplinas e institucionalidades”.

mecanismos, o historiador norte-americano Michael Frisch (2016) elaborou a expressão “cozinha digital”, um jogo de palavras que diz respeito ao compartilhamento de saberes e à construção bilateral de conhecimentos⁷¹. Em suas palavras,

profissionais e “usuários” podem, juntos, “fazer bagunça na cozinha”, citando uma velha canção de *blues*. Podemos encontrar coisas nos armários e nas cristaleiras da história oral e fazer bagunça com os significados que encontramos nelas, vendo o que é que podemos cozinhar, juntos, para qualquer pessoa que pudesse estar sentada esperando na sala de jantar (FRISCH, 2016, p. 65. Grifo original).

Ainda que se refira, em especial, à produção e difusão de entrevistas coletadas em trabalhos de História Oral, a alegórica “bagunça na cozinha” diz muito a respeito da intenção de romper com a unilateralidade da produção acadêmica de conhecimento histórico. Frisch, entretanto, igualmente responsável por cunhar o conceito de “autoridade compartilhada”, parece vislumbrar um horizonte diferente daquele projetado pelos autores que analisam a *fragmentação* da autoridade dos historiadores, tendo em vista que, de acordo com a sua observação em destaque, ela não passa por um processo de desintegração - palavra com um valor negativo -, mas por um *encontro* com usuários dispostos a colaborar e contribuir com os preceitos teórico-metodológicos dos profissionais de história.

Entre a *autoridade fragmentada* e a *autoridade compartilhada*, resgatamos um conceito de Serge Noiret explorado na introdução deste trabalho. As ditas “ego-narrações” possibilitam pensar as formas de mobilizar o passado na internet como sendo manifestações dotadas de um certo ímpeto individual de demonstração de conhecimentos sobre história. A experiência de comentar um vídeo postado pelo canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade, por exemplo, um veículo de divulgação dos trabalhos de um órgão responsável pela investigação de violações ocorridas em um dado momento da história brasileira, coloca o usuário diante da possibilidade de narrá-la ao seu modo, de interferir naquilo que lhe foi apresentado e deixar suas marcas visíveis para aqueles que também acessarem a postagem. Nas palavras das historiadoras Maria Gabriela Marinho e Sonale Oliveira (2013, p. 175. Grifo nosso),

[no] embate pela memória, a rede se mostra um meio de difusão altamente eficiente para grupos objetivamente interessados em *interferir* na construção das práticas sociais que reivindicam o reconhecimento da “sua” verdade, justificando suas ações

⁷¹ A alegoria da cozinha também está presente em um famoso texto de Daniel Cohen (2004a), para quem a organização dos documentos digitais pode ser caracterizada como “crua” ou “cozida”: o primeiro sentido refere-se a coleções heterogêneas e pouco elaboradas; o segundo, por sua vez, indica uma certa homogeneidade e classificações sugestivas. Nesse sentido, Cohen (2004a, p. 340) questiona-se: “quanta organização devemos providenciar enquanto historiadores online, e quanto controle devemos ceder aos nossos alunos, colegas e as presentes e futuras audiências de nossas histórias digitais?”.

pela defesa de valores e crenças que, com certa margem de certeza, são compartilhados pelo público em geral.

Nesse sentido, podemos projetar uma resposta possível para a provocação que antecede o presente subcapítulo: quem são os públicos da história no espaço digital? De acordo com os autores referidos, trata-se de um público que, por vislumbrar a oportunidade de enunciar determinadas visões sobre a história na internet, um espaço *participativo*, fragmenta a autoridade dos historiadores - e, inclusive, no caso do canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade, acusa-os de um empenho político duvidoso, como se fossem responsáveis pelo apagamento de uma certa verdade sobre o passado da ditadura civil-militar.

Para o historiador Mateus Henrique de Faria Pereira (2015, p. 881), que analisa as discussões no verbete da *Wikipédia* “Regime militar no Brasil”⁷² e os embates de e pela memória do período na internet, trata-se de uma “comunidade de memória em rede”, que “opera com a finalidade de falsificar e dissimular a factualidade do que ocorreu anteriormente” e, ainda, “parece se ‘organizar’ de forma mais ou menos ‘espontânea’ em rede”. Essa comunidade valoriza narrativas avalizadas pelos militares e alternativas às elaborações da historiografia, enunciando visões de um passado idílico com o qual é fiel e devota, na medida em que rastreia justificativas remissivas às violências daquele tempo (PEREIRA, 2015, p. 883-884). Nas palavras do autor,

essa narrativa justifica no presente, em particular, práticas, discursos, ideologias e lógicas que permanecem. Em grande medida, a impunidade em relação aos crimes praticados pelo Estado durante o período de 1964-1985 é o principal motor que faz com que essa “comunidade de memória” persista, cresça e se transforme e, sobretudo, que não sinta ou manifeste remorso ou culpa e, por consequência, não aceite nem reconheça qualquer tipo de erro. Em vez do remorso ou da culpa assistimos ao estímulo ao ódio e ao ressentimento (PEREIRA, 2015, p. 884).

Ainda que diga respeito aos editores do verbete em questão, podemos utilizar a expressão de Pereira para caracterizar os usuários que figuram nas caixas de comentários dos vídeos do canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade. Sendo assim, o público em questão não apenas *fragmenta* a autoridade dos historiadores, mas reivindica uma determinada autoridade para si, como se estivessem em cargo de defender a todo custo uma certa verdade sobre a ditadura.

Outro questionamento que antecedeu o início do presente subcapítulo versava sobre a possibilidade de tratar o canal do *YouTube* da Comissão Nacional da Verdade como uma

⁷² Atualmente, o título do verbete é “Ditadura militar no Brasil (1964–1985)”. Está disponível em: <<https://goo.gl/YXkq4d>>. Acesso em: 21 out. 2018.

experiência de História Pública, bem como sobre suas aproximações e distanciamentos em relação às proposições que orbitam esse campo. Por tratar-se de um canal de divulgação de informações sobre a história da ditadura civil-militar brasileira, é possível observá-lo como uma iniciativa de *história para o público*, na medida em que “focaliza a ampliação das audiências” (SANTHIAGO, 2016, p. 26). Como foi explorado no capítulo anterior, a internet despontou em meio ao horizonte de possibilidades dos comissionados, que sofriam incontornáveis pressões no sentido de comunicar suas atividades. Lembramos que o *para* era a grande máxima dos primeiros eventos em torno da História Pública realizados no Brasil. Além disso, as caixas de comentários, uma das principais funcionalidades interativas do *YouTube*, na medida em que permitem que os usuários manifestem-se sobre o conteúdo do vídeo e do próprio canal, sugerem que seja igualmente uma iniciativa de *história com o público*. No entanto, o fato de que a internet reproduz virtualmente as disputas memoriais em torno da ditadura torna a ideia de uma experiência colaborativa uma empreitada incerta - talvez, inclusive, frustrada, na medida em que não houve qualquer contrapartida por parte dos administradores do canal no que tange aos comentários⁷³.

Tendo em vista a enunciação das vozes desse público, dessa “comunidade de memória em rede”, retornamos ao ponto de interrogação que abre este subcapítulo: os historiadores devem intervir com o *YouTube*, pelo *YouTube* e no *YouTube*, bem como em outros espaços digitais em que se manifestam visões sobre a ditadura? Mesmo com a *fragmentação* de sua autoridade, mesmo com as dificuldades que permeiam a perspectiva de uma iniciativa *compartilhada*, a nossa resposta é afirmativa. Nesse sentido, tratando o canal da Comissão Nacional da Verdade como uma iniciativa pública de história (há de se ressaltar, também, que já havíamos o conceituado como um *arquivo histórico digital*), pode-se citá-lo, inclusive, enquanto um exemplo de intervenção historiadora na internet, mesmo que os problemas citados anteriormente imponham obstáculos ao projeto.

A própria *Wikipédia*, uma enciclopédia livre e colaborativa cujos editores atuam de maneira voluntária, é uma ferramenta dotada de uma série de possibilidades de intervenção por parte dos historiadores⁷⁴. Roy Rozensweig (2011, p. 57. Grifo original) questiona-se

⁷³ No dia 13 de abril de 2016, o *GI* publicou uma matéria sobre as redes sociais da Comissão Nacional da Verdade, que, mesmo após o encerramento de suas atividades, continuaram em expansão (ganhando seguidores, tendo suas publicações curtidas e descurtidas...). De acordo com o jornalista Matheus Leitão (2016), “no período entre 31/12/2014 e 22/03/2016, 1.741 novas pessoas se inscreveram ao canal [do *YouTube* da Comissão], que foi visitado 273.592 vezes, segundo dados repassados ao blog”.

⁷⁴ A página principal da *Wikipédia* está disponível em: <<https://goo.gl/Lf7vVS>>. Acesso em: 21 out. 2018.

sobre a manutenção de um espaço cordial, tendo em vista o caráter *aberto* e independente do projeto: “de que maneira você garante que um verbete não está contaminado por insultos e vandalismo uma vez que a wiki permite, a qualquer pessoa em qualquer lugar, a escrita de qualquer coisa que lhe agrada em qualquer postagem da *Wikipédia*?”. O próprio autor explora o funcionamento da ferramenta e destaca alguns dos mecanismos utilizados pelos seus administradores com o objetivo de efetivá-la enquanto um portal confiável e transparente. A enciclopédia organizou um conjunto de regras que barram intervenções ofensivas e banem de maneira permanente os responsáveis pelas provocações. Além disso, alguns administradores passaram a exercer uma função de monitoramento dos conteúdos divulgados através do portal. Rozensweig (2011, p. 59) aponta para o fato de que, eventualmente, “a *Wikipédia* é obrigada a ‘trancar’ verbetes controversos por conta do vandalismo e da ‘guerra de edições’ em que artigos são modificados e imediatamente remodificados”. O referido texto de Pereira (2015) demonstra a intensidade desses embates pela informação - e, portanto, pela própria memória da ditadura - em meio às discussões do verbete “Regime militar no Brasil”.

O Programa Wikipédia no Ensino - desenvolvido desde que, no ano de 2010, a *Wikimedia Foundation* foi conferida para produzir projetos universitários com o intuito de sofisticar os conteúdos disponíveis na ferramenta -, expandiu-se globalmente e é uma das principais ações públicas do portal. No Brasil, o programa deu início ao Projeto Wikipédia na Universidade⁷⁵. Estimulados por essas iniciativas educacionais, Flávia Florentino Varella e Rodrigo Bragio Bonaldo, professores do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), elaboraram um projeto de extensão chamado “Reformulação e construção de verbetes da Wikipédia na área de Teoria da História”. De acordo com a sua descrição na página do Núcleo de Estudos em Políticas da Escrita, da Memória e da Imagem (NEPEMI), grupo ao qual é vinculado, o projeto “visa contribuir para a produção de material para consultas, investigações, preparações de trabalhos escolares, ensaios e artigos acadêmicos, e integração de propostas universitárias”⁷⁶. O projeto acertadamente acompanha a crescente popularidade da *Wikipédia* entre os estudantes, na medida em que, apesar das

⁷⁵ Segundo a sua página na própria *Wikipédia*, “o objetivo do projeto é estimular estudantes, professores e universidades a utilizarem a Wikipédia como uma ferramenta de ensino, capacitar novos wikipedistas, desenvolver habilidades e competências, produção colaborativa de conhecimento livre, e, principalmente, contribuir para a melhoria da qualidade da Wikipédia em português”. A página está disponível em: <<https://goo.gl/1wzi8g>>. Acesso em: 21 out. 2018.

⁷⁶ A página em questão está disponível em: <<https://goo.gl/5L6syL>>. Acesso em: 21 out. 2018.

falhas⁷⁷, a plataforma apresenta-se diante da comunidade de historiadores como uma maneira construtiva de produção e divulgação de conhecimento. É, portanto, uma ferramenta importante, se não para embasarmos nossas pesquisas, ao menos para pensá-las e construí-las - visto que, nas palavras de Rosenzweig (p. 74), “os colaboradores da *Wikipédia* gozam da oportunidade de tornar seus trabalhos públicos e de contribuir para a construção do espaço público da Web”.

A comunidade de historiadores, portanto, não apenas deve marcar presença no *YouTube* e em outras redes sociais, como o *Facebook*, o *Twitter* e o *Instagram*, plataformas bastante ativas e populares, mas também em outros espaços da internet, como é o caso da *Wikipédia*. Vale ressaltar que as discussões em torno dos públicos não são exclusivas do campo da história, figurando em meio ao repertório teórico de diversos campos do conhecimento humano, motivo pelo qual os estudos digitais são considerados *interdisciplinares*. O historiador português Daniel Alves (2016) explora as várias conceituações pensadas para definir as chamadas “Humanidades Digitais”, buscando em uma série de obras, inclusive trabalhos produzidos de forma pública e compartilhada⁷⁸, que problematizam a expressão, suas intenções e possibilidades. O autor entende-as como uma verdadeira “comunidade de práticas”. Nas palavras de Alves (2016, p. 97),

as “comunidades de práticas” das Humanidades Digitais seriam uma outra forma de interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade centrada agora na efetiva aplicação ou uso de ideias, conhecimentos ou métodos, de cada uma das disciplinas das Humanidades, de forma transversal, por oposição à mera formulação teórica sobre essa aplicação ou uso. Nesse sentido, as Humanidades Digitais não teriam por objetivo substituir-se às tradicionais Humanidades, mas sim complementá-las e facilitar as colaborações entre elas.

Em outras palavras, a fim de efetivar o *login* dos historiadores na internet, é absolutamente necessário que eles mantenham-se em diálogo com outras áreas do saber. Dos cientistas da computação aos cientistas sociais, das equações matemáticas às abstrações teóricas das

⁷⁷ Os equívocos e inverdades veiculados por vários de seus artigos, uma preocupação comum por parte de professores, parecem uma consequência inevitável de uma ferramenta com uma capacidade de divulgação tão ampla e com um sistema de produção *colaborativa* de verbetes. Nesse sentido, Roy Rosenzweig (2011, p. 72) questiona: “deveríamos culpar a *Wikipédia* pela vontade de consumir informações superficiais, ou a tendência em acreditar na veracidade de qualquer coisa que é lida? Esse problema já existia nos tempos da ‘família enciclopédia’. E uma das soluções-chave permanece a mesma: dedicar mais tempo ao ensino das limitações de todas as fontes de informação, incluindo a *Wikipédia*, e enfatizar a habilidade de analisar criticamente fontes primárias e secundárias”.

⁷⁸ O livro *Debates in the Digital Humanities*, de Matthew Gold (2012), foi escrito *online* de maneira colaborativa. Para Alves (2016, p. 98. Grifos originais), “a originalidade consiste no facto de inicialmente ter sido avaliado, e continuar a ser, não por um sistema de *peer review* clássico, mas de uma forma dinâmica, através dos comentários, marcas e indexações que os próprios leitores vão acrescentando ao texto à medida que o leem”. A obra, portanto, é um exemplo próprio do funcionamento da dita “comunidade de práticas”.

humanidades: para fazer valer a dita “comunidade de práticas”, o diálogo e a vontade de aprender precisam figurar em nosso horizonte. De acordo com Rozensweig (2011, p. 31), “com o crescimento da Web, ela irá tornar-se [...] uma transcrição cada vez mais aproximada do conhecimento humano”. E o conhecimento humano, sabe-se, não é matéria exclusiva da disciplina histórica.

5 Considerações finais

Medir o impacto da internet sobre a vida humana em termos numéricos, em dados e informações precisas talvez pareça uma empreitada impossível. Há uma série de desafios que orbitam a vontade de descobrir a quantidade exata de usuários de redes sociais no país e no mundo ou, ainda, o número preciso de pessoas que deixaram de se informar através dos suportes tradicionais de comunicação (jornais, rádios, programas televisivos...) em prol da praticidade e da rapidez dos *smartphones* e de suas funcionalidades. A própria velocidade com que os usuários ingressam (ou deixam) as redes é um desses obstáculos, razão pela qual os índices devem estar em constante transformação. No entanto, deixando as porcentagens de lado, podemos abstrair certas questões e refletir sobre aquilo que o universo digital representa do ponto de vista das humanidades (que, é claro, não devem abdicar de informações numéricas, diga-se de passagem). É o que buscamos ao longo de todo o presente trabalho, desde a chamada “cultura participativa” até a necessidade de publicizar a história.

Trabalhamos com a noção de que a rede mundial de computadores produz uma influência significativa sobre os historiadores, sua disciplina e mesmo sobre as ciências humanas, motivo pelo qual a internet não pode ser deixada de lado em problematizações acadêmicas. Seu funcionamento deve ser compreendido, e é importante que seus recursos, quando convir, sejam incorporados pela prática historiográfica - mas nunca naturalizados. Nesse sentido, não apenas tornamos a caixa de comentários de um vídeo publicado no *YouTube* um objeto de pesquisa possível, mas também adotamos um *software* como metodologia de trabalho. Essas problemáticas dialogam com debates candentes em meio à comunidade de historiadores, elemento que nos permitiu abordar referências bastante atualizadas e acompanhar eventos, conferências e minicursos absolutamente construtivos ao longo de toda a escrita deste trabalho. Esperamos, pois, que o resultado sirva de contribuição para essas discussões.

A opção pela Comissão Nacional da Verdade - ou pelo seu canal do *YouTube* -, por sua vez, deveu-se ao nosso interesse em entender o seu significado em relação à memória da ditadura civil-militar brasileira. À época das atividades do órgão, despertou uma série de polêmicas em torno do assunto, que, como apontamos, também tomaram conta das redes. Encerrada em 10 de dezembro de 2014, pouco menos de quatro anos antes da escrita deste trabalho, a Comissão permanece um ponto de debates acalorados, além de ter se tornado o

objeto de pesquisa de muitos investigadores. Nesse sentido, nossa principal intenção era compreender as formas como essas discussões manifestam-se na internet e o que dizem a respeito do passado brasileiro. A união, pois, de campos como a História Digital e a História Pública permitiu fundamentar esse objetivo e complexificar nossos questionamentos.

No que tange aos futuros da pesquisa, desejamos ampliar o foco da análise deste trabalho na direção de outros ambientes, de outras redes sociais para além da referida plataforma de compartilhamento de vídeos. Além disso, pretendemos observar com mais afincos os elementos em torno da digitalização de documentos históricos e as implicações desse processo para os pesquisadores em história, bem como os limites entre o arquivo físico e o digital. O objetivo é explorar em maiores detalhes o impacto da rede mundial de computadores sobre certos aspectos da vida humana, na medida em que, como apontamos nas primeiras linhas do presente texto, a velocidade de seu crescimento não parece estar acompanhada de muitos estudos acerca dos efeitos dessa expansão do ponto de vista das humanidades.

Mesmo o contexto político que pairou sobre toda a produção desta pesquisa nos serviu de exemplo para pensar e questionar nossas certezas em torno do mundo digital. No dia 3 de agosto de 2018, tempos antes do primeiro turno da eleição presidencial brasileira ocorrida no mesmo ano, a *VICE Brasil* publicou em seu canal do *YouTube* um pequeno documentário intitulado “O Mito de Bolsonaro: o que pensam e como se organizam seus apoiadores?”⁷⁹. Dentre uma série de elementos da produção, aquele que mais salta aos olhos é a capacidade de articulação virtual dos eleitores de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), através de grupos de *WhatsApp*, páginas em redes sociais e a postagem em portais, mecanismos que praticamente dispensaram os gastos com propagandas, santinhos, cartazes e cavaletes, os canais mais comuns, até então, de comunicação com os eleitores por parte dos candidatos. É provável que o processo eleitoral de 2018 tenha sido o primeiro pleito brasileiro em que a internet exerceu uma influência decisiva, ainda maior que a televisão, inclusive, como apontaram Débora Sögur Hous e Paulo Passos (2018) em um artigo publicado na *Folha de S. Paulo*.

Há quem diga que os movimentos sociais devem retirar-se das redes e dedicar a totalidade de seus esforços às ruas - o que não é uma tarefa desimportante, diga-se de passagem. É, no entanto, uma ideia equivocada, pois entende que os espaços públicos

⁷⁹ O vídeo está disponível em: <<https://goo.gl/fspPw7>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

convencionais, como praças, universidades e eventos, estão inteiramente apartados da internet. Como vimos ao longo das problematizações realizadas neste trabalho, o limite entre o dito "mundo lá fora" e o universo digital é cada vez mais tênue, cada vez mais poroso, cada vez menos um limite, razões pelas quais aqueles que tiverem um compromisso com os valores democráticos precisam marcar presença no *Twitter*, no *Facebook*, no *YouTube* e mesmo no *WhatsApp*. A vitória do obscurantismo demonstra que a internet não pode ser tomada como um espaço politicamente irrelevante e contornável, uma vez que é um ambiente dotado de inúmeras possibilidades, devendo ser ocupado com valores de respeito aos direitos humanos e com uma incansável vontade de solidariedade.

Referências Bibliográficas

AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO (Org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Aedos**, Porto Alegre, v. 3, n. 8, p. 9-30, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/jb4nq8>>. Acesso em: 13 out. 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo. **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia. **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALVES, Daniel. As Humanidades Digitais como uma comunidade de práticas dentro do formalismo acadêmico: dos exemplos internacionais ao caso português. **Ler História**, Lisboa, n. 69, p. 91-103, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/eRysfi>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ARAUJO, Valdei Lopes de. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: BRUNO, Leonardo; GUIMARÃES, Géssica; PEREZ, Rodrigo (Orgs.). **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica**. Salvador: Provisória, 2017. p. 191-216.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

AUDI, Amanda. Fãs usam imagem de torturador para promover Bolsonaro. **Congresso em Foco**, Brasília, 04 jul. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/cb5C9Y>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado? Histórias, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

_____. O debate legislativo sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e as múltiplas articulações e dimensões de temporalidade da ditadura civil-militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 115-152, dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/1WnCkC>>.

Acesso em: 12 ago. 2018.

_____. “Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?”. In: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo. **Que história pública queremos?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 195-203.

_____. “Ustra, morto e vivo”. In: BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz; MATTOS, Hebe (Orgs.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016. p. 133-135.

BRASIL. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 4 dez. 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/u1toBP>>. Acesso em: 22 set. 2018.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa está transformando a mídia e a sociedade**. São Paulo: Aleph, 2009.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/6xYN3S>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu *login*: os historiadores, os computadores e as redes sociais *online*. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 165-188, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/yBNnPV>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. História Pública e redes sociais na internet: elementos iniciais para um debate contemporâneo. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 35-53, set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/CSz5iy>>. Acesso em: 14 set. 2018.

_____. “Onde fica a autoridade do historiador no universo digital?”. In: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo. **Que história pública queremos?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 167-174.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHIRIO, Maud; JOFFILY, Mariana. La verdad de los verdugos. Las comparencias de los agentes de la represión ante la Comissão Nacional da Verdade de Brasil. **Rubrica Contemporanea**, Barcelona, v. 5, n. 9, p. 11-33, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/BbsBJv>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

COHEN, Daniel. Digital history: the raw and the cooked. **Rethinking History**, Nova Iorque, v. 8, n. 2, p. 337-340, jun. 2004a. Disponível em: <<https://goo.gl/EF7Erw>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

_____. History and the second decade of the Web. **Rethinking History**, Nova Iorque, v. 8, n. 2, p. 293-301, jun. 2004b. Disponível em: <<https://goo.gl/yLoZtc>>. Acesso em: 14 set. 2018.

FLÔREZ, Jaito Antonio. Historia digital: la memoria en el archivo infinito. **Historia Critica**, Bogotá, n. 43, p. 82-103, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/xPf9ZJ>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

FORD, Sam; GREEN, Joshua; JENKINS, Henry. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2014.

FRISCH, Michael. “A história pública não é uma via de mão única, ou, De *A Shared Authority* à cozinha digital, e vice-versa”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo. **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-69.

GALLO, Carlos Artur. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 327-345, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/kgPpbz>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

GEHL, Robert. YouTube as archive. Who will curate this digital *Wunderkammer*? **International Journal of Cultural Studies**, Nova Iorque, v. 12, n. 1, p. 43–60, jan. 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/ncKEo3>>. Acesso em: 29 jul. 2018.

GOLD, Matthew. **Debates in the Digital Humanities**. Mineápolis: University of Minnesota Press, 2012.

GOMES, Helton Simões. Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE. **G1**, São Paulo, 21 fev. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/yjK4va>>. Acesso em: 13 set. 2018.

GROPPO, Bruno. Las políticas de la memoria. **Sociohistórica**, Buenos Aires, n. 11-12, p. 187-198, 2002. Disponível em: <<https://goo.gl/DDE8Gt>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

GRUZD, Anatoliy. **Netlytic: Software for Automated Text and Social Network Analysis**. *Computer software*, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/XWPt3J>>. Acesso em: 29 set. 2018.

HOUS, Débora Sögun; PASSOS, Paulo. Internet supera TV em influência na eleição. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 out. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/jHQZar>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

_____. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

LAITANO, Bruno Grigoletti. Postando o passado: narrativas sobre a ditadura civil-militar brasileira no canal do YouTube da Comissão Nacional da Verdade. In: Congresso Internacional em Humanidades Digitais, 1., 2018, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2018. p. 515-521. Disponível em: <<https://goo.gl/45iY2X>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

LEITÃO, Matheus. Redes sociais da Comissão Nacional da Verdade continuam em expansão. **G1**, São Paulo, 13 abr. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Ht2mvX>>. Acesso em: 23 out. 2018.

LIDDINGTON, Jill. “O que é história pública? Os públicos e seus passados”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

LUCCHESI, Anita. A história sem fio: questões para o historiador da Era Google. In: Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 15., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 1-09. Disponível em: <<https://goo.gl/3Q9C9K>>. Acesso em: 13 set. 2018.

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C.; OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro. A internet, um novo espaço de disputa pela memória da ditadura militar no Brasil. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 159-181, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/EKcVAJ>>. Acesso em: 09 ago. 2018.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 164-187, abr./mai. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/PJjqiy>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

MAUAD, Ana Maria. “Posfácio - O carnaval da História Pública”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia. **História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 227-235.

MEZAROBBA, Glenda. Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 7-25, dez. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/Cv8G7u>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MONTEIRO, Tiago. Ditadura ou regime? **História da ditadura: novas perspectivas**, Rio de Janeiro, 17 dez. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/cMZbbB>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/TR4mpK>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/wJm94a>>. Acesso em: 23 out. 2018.

PONS, Anaclét. “Guardar como”. La historia y las fuentes digitales. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 43, p. 38-61, jan./abr. 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/PyMvYF>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E-Compós**, Brasília, v. 9, p. 1-21, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/U69dFT>>. Acesso em: 14 set. 2018.

QUINALHA, Renan Honório. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 15, n. 105, p. 181-204, fev./mai. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/svjtw4>>. Acesso em: 22 set. 2018.

RATINAUD, Pierre. **IRAMUTEQ: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires**. *Computer software*, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/xZZxL7>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

RIBEIRO, Márcio Moretto. “Antipetismo e conservadorismo no Facebook”. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 85-90.

ROSENZWEIG, Roy. **Clio Wired: The Future of the Past in the Digital Age**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade - Brasília/DF. **Portal Planalto**, Brasília, 10 dez. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/v6o7Hx>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SANTHIAGO, Ricardo. “Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo. **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-35.

_____. “Pode-se falar de uma história pública brasileira?”. In: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo. **Que história pública queremos?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 323-330.

SCHITTINO, Renata. “O conceito de público e o compartilhamento da história”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo. **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 37-46.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p. 127-156, dez. 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/4v7US6>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SILVEIRA, Pedro Telles da. As fontes digitais no universo das imagens técnicas: crítica documental, novas mídias e o estatuto das fontes históricas digitais. **Antíteses**, Londrina, v. 9, n. 17, p. 270-296, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/ZFvCX5>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

_____. **O gosto do arquivo (digital) – Documento, arquivo e evento históricos a partir do *September 11th Digital Archive (2002-2013)***. 2013. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/eGzJnE>>. Acesso em: 14 set. 2018.

SORJ, Bernardo. Internet, espaço público e marketing político. Entre a promoção da comunicação e o solipsismo moralista. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 76, p. 123-136, nov. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/4MBSf8>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

SPIZZIRRI, Rosane Cristina Pereira et al. Adolescência conectada: mapeando o uso da internet em jovens internautas. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 30, n. 69, p. 327-335, abr./jun. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/KZCxaR>>. Acesso em: 13 set. 2018.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Brasília: Editora Ser, 2006.

WEICHERT, Marlon. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios.

Projeto História, São Paulo, n. 50, p. 86-137, ago. 2014. Disponível em:

<<https://goo.gl/HMuSwn>>. Acesso em: 12 ago. 2018.